



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**TÍTULO: ENTRE A (RE)CONQUISTA DE UM PEDAÇO DE CHÃO E
A PERMANÊNCIA NA TERRA: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA EM
ASSENTAMENTOS PAULISTAS.**

FERNANDA APARECIDA DA SILVA YAMAMOTO

Três Lagoas-MS

2014

FERNANDA APARECIDA DA SILVA YAMAMOTO

**ENTRE A (RE)CONQUISTA DE UM PEDAÇO DE CHÃO E A PERMANÊNCIA NA
TERRA: HISTÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA EM ASSENTAMENTOS
PAULISTAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação- Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS –
Área de Concentração Análise Geoambiental e
Produção do território, como exigência final para
obtenção do título de Mestre em Geografia, sob
orientação do Prof. Dr. Francisco José Avelino Junior.

**Três Lagoas-MS
28 Agosto de 2014**

TERMO DE APROVAÇÃO**FERNANDA APARECIDA DA SILVA YAMAMOTO****ENTRE A (RE)CONQUISTA DE UM PEDAÇO DE CHÃO E A PERMANÊNCIA NA
TERRA: HISTÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA EM ASSENTAMENTOS
PAULISTAS.****Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de
Mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.****COMISSÃO JULGADORA****Presidente e Orientador: Prof. Dr^o Francisco José Avelino Junior**

Examinador 1 – Prof. Dr^o Antonio Lazaro Sant´Ana

Examinador 2 – Prof.^a Dr.^a Maria Celma Borges

Dedicatória

Dedico este trabalho **a todos os participantes da luta pela terra**: àqueles que se propõem pesquisar ou investigar esta causa em prol dos camponeses; àqueles que participam na labuta do dia a dia na terra, plantando, cultivando e colhendo os frutos; àqueles que ainda se encontram à beira das estradas, à espera do seu pedaço de chão.

*Provai e vede como o Senhor é bom.
Feliz o homem que se refugia junto dEle
Salmo 33, 9.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois, diante das minhas crenças, esse nome jamais poderia deixar de ser citado. Atrevo-me a citá-Lo em um trabalho científico por acreditar que vivermos em um país democrático, onde a própria constituição nos autoriza a livre forma de expressão.

À minha família, por acreditar em meus sonhos e apoiá-los.

Aos meus pais, Sonia e Donizete, exemplos de perseverança e de luta, não só pela terra mas também pela vida, durante a qual trabalharam na terra para que eu hoje pudesse realmente entender o sentido desse trabalho árduo.

À minha querida irmã, Yara, pelo amor incondicional.

Ao meu esposo, Renato, que tantas vezes teve que deixar seu trabalho para me levar aos assentamentos a fim de concluir este trabalho, agradeço pela paciência, compreensão e por tantas vezes me cobrar: “Deixe o que está fazendo; vá escrever sua dissertação”.

À minha linda filha Manuela a qual me fez conhecer um novo tipo de amor, amor de mãe para filha, um amor inexplicável, incomparável, sem igual.

À minha tia Socorro a qual abriu as portas de sua casa para que durante toda a minha graduação eu tivesse onde esperar por horas e horas a chegada do ônibus.

Aos meus queridos professores, exemplos que pretendo seguir: Rosemeire, Édima, Wallace.

Em especial, ao meu professor orientador, Francisco José Avelino Junior, por ter-me acolhido desde o primeiro ano de faculdade, oportunidade ímpar para a continuação dos estudos após a graduação.

Aos meus amigos de graduação, com destaque a Valéria, Welica e Tatimeire.

À Comissão Permanente de Apoio e Assistência Acadêmica (CPAC), representada por dona Cleonice e Auxiliadora, por todos os conselhos dados.

Aos meus amigos do mestrado, em especial a Mariele e a Liliam, que me proporcionaram momentos felizes em todas as viagens e ao longo do curso.

Ao Fundo Social de Solidariedade de Castilho, e a COAPAR pela colaboração do fornecimento de informações imprescindíveis, em especial ao Valdecir pela sua imensa colaboração.

Aos moradores dos assentamentos São Joaquim, Anhumas e Pendengo.

Aos professores Lazaro e Sedeval pelas contribuições dadas na qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter-me proporcionado a bolsa de estudos.

Aos meus amigos e amigas de acampamento e assentamento, pelas conversas iluminadas ora por velas, ora pelo lampião, pelas festas em volta da fogueira, por caminharem comigo rumo à cidade, a pé, numa época em que ninguém tinha carro, ninguém tinha casa; tínhamos apenas barracos e felicidade, simplicidade e companheirismo.

Em especial à Dona Maria, que, por anos, doou das suas poucas vacas dois litros de leite diariamente até que meu pai conseguisse suas próprias vacas.

Enfim, agradeço a todos que me ensinaram que a verdadeira amizade não está relacionada a bens materiais, mas sim à essência do ser humano, ao caráter, à ajuda, sem escolher a quem. Hoje paro e penso: Esse tempo de lona sem dúvida foi o melhor tempo da minha vida, pois ensinou-me a permanecer do lado dos que lutam pela terra e fazem dela morada da vida. Com este trabalho de pesquisa, estou tentando ganhar voz para dar voz a nossa história.

EPÍGRAFE

Chegaram a São Paulo sem cobre
[quebrado,
E o pobre acanhado percura um
[patrão,
Só vê cara estranha, de estranha
[gente,
Tudo é diferente do caro torrão.

Poema de Patativa do Assaré, musicado
por Luiz Gonzaga, o rei do baião.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE FIGURAS	11
RESUMO.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I. A FORMAÇÃO E OS EFEITOS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL.....	19
1.1 O alicerce das desigualdades: concentração, monocultura, e escravismo.....	20
1.2 Guerra de Canudos.....	25
1.3 Guerra do Contestado.....	26
CAPÍTULO II. A TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DAS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES.....	28
2.1 A gênese dos movimentos sociais do campo no estado de São Paulo....	31
2.2 Compreendendo o município estudado: Castilho-SP.....	34
2.3 Conflitos agrários em Castilho-SP.....	41
2.4 Em nome do progresso: Ribeirinhos <i>versus</i> Hidrelétrica	47
CAPITULO III. FRAGMENTOS DE HISTÓRIAS: SÃO JOAQUIM, ANHUMAS E PENDENGO.....	51
3.1 Fontes orais como metodologia de abordagem.....	55
3.2 Identidades postas: Quem são os personagens envolvidos.....	61
CAPÍTULO IV. AS FORMAS DE RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS SÃO JOAQUIM, ANHUMAS E PENDENGO.....	71
4.1 Do assentamento para as feiras regionais	76
4.2 Histórico e Avaliação do PAA em âmbito Nacional.....	83
4.3 Análise do Programa PAA e suas implicações para o município de Castilho SP.....	87
4.4 Avaliação do Programa PNAE no município de Castilho-SP.....	95
4.5 Trabalho acessório como estratégia para permanecer na terra.....	99
4.6 Terra: sinônimo de morada da vida.....	102
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	109

LISTA DE ABREVIADURAS E SIGLAS

- CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base
- CESP**- Companhia Energética de São Paulo
- COAPAR**- Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
- CDS** - Compra com Doação Simultânea
- CDAF** - Compra Direta da Agricultura Familiar
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- FAVE** - Associação da Agricultura Familiar
- FETAESP** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITESP** - Instituto de Terras de São Paulo
- MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MP** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- MST** – Movimento Sem Terra
- NOB** - Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil
- PAA** – Programas de Aquisição de Alimentos
- PMDB**- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNAE**- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PT** – Partido dos trabalhadores
- OCDE** - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Assentamentos no município de Castilho – SP	44
Tabela 2. Assentamentos em Castilho-SP que não constam no cadastro do INCRA como pertencentes ao município.....	44
Tabela 3 – Relação de assentados entrevistados no Assentamento São Joaquim.....	57
Tabela 4 - Relação de assentados entrevistados no Assentamento Anhumas.....	58
Tabela 5 - Relação de assentados entrevistados no Assentamento Pendengo.....	58
Tabela 6 – Evolução da quantidade de alimentos entregues ao PAA.....	86
Tabela 7 – Evolução dos recursos aplicados no programa PAA nos anos de 2003 a 2011.....	86
Tabela 8 – Produtos adquiridos pela COAPAR através do projeto PAA 2012/2013.....	90
Tabela 9 - Produtos e Preços fixados pela CONAB ao PAA.....	92
Tabela 10 – Quantidade de alunos beneficiados pelo PNAE no ano 2013 no Município de Castilho-SP.....	96
Tabela 11- Produtos e preços fixados pela Conab ao programa PNAE.....	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais conflitos da luta pela terra no estado de São Paulo.....	33
Figura 2 – Localização do município de Castilho SP	34
Figura 3 – Queima da cana em agosto 2013.....	36
Figura 4 – Queima da cana.....	37
Figura 5 – Proximidade da queima da cana junto ao assentamento.....	37
Figura 6 –Estação Ferroviária Alfredo de Castilho.....	39
Figura 7 – Ponte Francisco de Sá.....	40
Figura 8 – Balsa transportando vagões.....	40
Figura 9 – Primeiros moradores do município de Castilho – SP.....	41
Figura 10 – Localização dos assentamentos no município de Castilho- SP.....	46
Figura 11 – Matéria sobre o empreendimento hidrelétrico.....	47
Figura 12 – Construção da Hidrelétrica de Jupia	50
Figura 13 – Divisão dos lotes do Assentamento São Joaquim.....	52
Figura 14 – Divisão dos lotes do Assentamento Anhumas.....	53
Figura 15 – Divisão dos lotes do Assentamento Pendengo.....	54
Figura 16 – Moradores do assentamento São Joaquim	64
Figura 17 – Moradores do assentamento Pendengo.....	70
Figura 18 – Ordenha mecânica.....	75
Figura 19 – Silagem estocada.....	75
Figura 20 – Transporte utilizado na entrega do leite.....	76
Figura 21 – Hortaliças para subsistência	76
Figura 22 – Produtos vendidos pelos assentados na feira da reforma agrária em Castilho.....	79
Figura 23 – Produtos da indústria doméstica 1.....	80
Figura 24 – Produtos da indústria domestica 2.....	81
Figura 25 – Modelo de barraca cedida pelo Itesp.....	82
Figura 26 – Frutas a serem comercializadas.....	82
Figura 27 – Participação dos estados no programa PAA/2003.....	85
Figura 28 – Participação dos estados no programa PAA/2011.....	85
Figura 29 – Sede da COAPAR.....	89

Figura 30 – Hortaliças e Jiló a serem comercializados ao PAA.....	91
Figura 31 – Plantação de quiabo e mandioca	91
Figura 32 – Galpão cedido pela prefeitura.....	93
Figura 33 – Câmera fria doada pela prefeitura para armazenamento dos alimentos.....	93
Figura 34 – População a espera das doações	94
Figura 35 – Produtos a serem doados.....	94
Figura 36 – Frutos da terra.....	104
Figura 37 – Arvore Nim inseticida natural.....	105
Figura 38 – Folhas utilizadas como inseticida natural.....	106

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as formas de resistência e (re)criação vivenciadas nos assentamentos São Joaquim, Anhumas e Pendengo ambos localizados em Castilho SP, em face das transformações provocadas pelo sistema capitalista. Constatado o fato de que os sujeitos pesquisados praticam um saber orientado pelas práticas de sobrevivência, procuramos desvendar quais têm sido as práticas utilizadas como estratégias para permanecerem na terra. Como ponto de partida, procuramos entender como ocorreram as primeiras relações de luta pela terra no Brasil; na seqüência, feito o necessário recorte nesse extenso universo geográfico-histórico, refletimos sobre os conflitos pela terra na região de Andradina, pois é nessa região que se situa o município de Castilho, em que se localizam os assentamentos abordados. Feita a análise histórica, partimos para a análise do uso das fontes orais como metodologia de pesquisa. Ao final, abordamos as formas de resistência e o sentido real da terra para os assentados.

Palavras- chave: Resistência, (Re)criação, Assentamento.

ABSTRACT

This work is mainly aimed to analyze the forms of resistance and (re) creation lived in settlements São Joaquim, Anhumas and Pendengo, both located in Castilho SP in the face of the changes caused by the capitalist system. Noted the fact that the individuals surveyed have a knowledge driven by survival practices and in this paper we discuss these strategies to stay on earth. As a starting point, we sought to understand how the early relations of struggle for land in Brazil occurred; subsequently made the cut required on extensive geographical-historical universe we reflect on land conflicts in the region Andradina, since this region is inserted in the municipality of Castilho, site of the settlements studied. Made historical analysis, we begin to analyze the use of oral sources such as research methodology. Finally, we discuss the forms of resistance and the true meaning of land to the settlers.

Keywords: Resistance, (Re) creation, Settlement.

INTRODUÇÃO

É sabido que os conflitos por terra têm ocorrido desde tempos remotos, no entanto, nas últimas décadas, o modo de produção capitalista tem ampliado essa disputa. Envolto por uma nova roupagem – a do agronegócio –, este tem constituído como o grande inimigo da reforma agrária, visto que, além de exercer o poder de concentração e dominação de terras, também exerce poderes sobre a tecnologia de ponta. Destarte a luta ainda continua, todavia a batalha que antes era travada entre a reforma agrária e o latifúndio hoje tem como oponentes o agronegócio e a reforma agrária.

Segundo Fernandes (2006), como os termos “latifúndio” e “monocultura” foram, ao longo da história, carregando-se de conotações negativas, deixando transparecer a figura latifundiária da agricultura capitalista ou a concepção de concentração de terra improdutivo, hoje vêm sendo alterados para “agronegócio”.

Nesse escamoteamento de imagens já estabelecidas, mudam-se também as qualificações ou os adjetivos relacionados aos termos: o que antes remetia a concentração de terras, após a mudança passa a ser visto como algo inovador; como diz o ditado popular, “a salvação da lavoura”.

Analisada de uma perspectiva ideológica, essa mudança conseguiu alcançar o seu objetivo. Aquela visão arcaica, segundo a qual o latifúndio era relacionado até mesmo com a escravidão, deixa de existir: já não se fala mais em latifúndio, mas em agronegócio; o trabalho pesado ou escravo agora passa a ser relacionado com a tecnologia, com as colheitadeiras controladas via satélite. E desse contexto, cercado por tecnologia de ponta, emerge a representação do agronegócio como o principal provedor de alimentos nas mesas dos brasileiros.

Basta, todavia, que analisemos qual tem sido o foco de cultivo do agronegócio para que percebamos a verdadeira intenção dos que pertencem a esse grupo: não é a de produzir alimento diário para os brasileiros, mas sim produzir em grande escala, sob a forma de monocultura, como, por exemplo, a cana, a soja, o eucalipto, diferente da ideologia de produção para a alimentação. E não há como negar o que a História já comprovou: as monoculturas têm gerado concentração de riqueza para poucos e miséria para muitos, como diz Fernandes (2006, p. 55) [...] são mais de

quinientos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

Além de exercer poder sobre a terra e usar tecnologia de ponta, o agronegócio também se apóia nas políticas de desenvolvimento, com amplo apoio da mídia, que tem creditado a este segmento todo aumento de produção, seja agrícola, seja da pecuária “O agronegocio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneízam as relações sociais [...]” (FERNANDES 2006, p 56.)

Em consequência desse tipo de propagação, a produção vinda da agricultura camponesa passa despercebida, pois, ao contrário do seu adversário, a agricultura camponesa não tem como aliado a mídia.

[...] Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegocio. É a arte da supremacia . Estrategicamente, o agronegocio se apropria de todos resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. (FERNANDES 2006, p. 56 e 57)

Para que toda hegemonia do agronegócio se mantenha inabalável, é necessário que ocorra a expansão de sua territorialização, ampliando cada vez mais o domínio sobre a terra. E para que isso ocorra é imprescindível que a terra esteja disponível, para assim atender à lógica rentista do capital. Nesse cenário, as ocupações de terras realizadas por grupos ligados aos movimentos camponeses têm-se tornado impedimento para essa expansão e para a lógica de dominação capitalista, como pondera Fernandes (2006, p 58.):

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do

agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Desta forma:

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que esta na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2006, p. 55)

Em contrapartida ao poderoso sistema do agronegócio, encontramos a agricultura familiar, que tem sido praticada por pequenos camponeses entre eles encontramos os assentados foco da nossa pesquisa. Inúmeros são os fatores que diferenciam os dois modos de produção, a começar pelo produto.

No caso do primeiro sistema, a preocupação é produzir monocultura em grande escala para atender às exportações, de que resultam sérios riscos à soberania alimentar. Em muitos casos, além de a produção ser destinada às exportações, o produto não se destina a alimentação. Isso não ocorre na agricultura familiar, pois, nesse sistema, produzem-se diversos alimentos, na maioria das vezes todos destinados para a alimentação.

Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008, p.285 - 286).

Outro fator que os difere está no cultivo. O cultivo da monocultura é realizado com a utilização de grande quantidade de insumos agroquímicos para controlar as possíveis pragas e as variações climáticas, e esses tendem a poluir e prejudicar não

apenas o meio ambiente como também os trabalhadores rurais e os moradores próximos:

A expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas, e fungicidas vem sendo há décadas objeto de intensas críticas de ambientalistas de órgãos ligadas à saúde e de sindicatos de trabalhadores, sobretudo rurais. Nos últimos cinquenta anos, enquanto a produção de grãos aumentou três vezes, o uso de fertilizantes foi multiplicado simplesmente catorze vezes, segundo dados da FAO. Assim, a relação entre produção de grãos e uso de fertilizantes caiu de 42 toneladas para 13 toneladas de grãos por cada tonelada de fertilizante usada entre 1950 e 2000. Uma queda significativa! (PORTO-GONÇALVES citado por CAMACHO, 2008, p 66-67).

Segundo o documentário “O veneno esta na mesa” de Silvio tendler, cada brasileiro consome cerca de 5,2 litros de venenos por ano, pois o Brasil destaca-se no ranking de compras de agrotóxicos. Muitos dos agrotóxicos utilizados para combater as pragas existentes nas grandes extensões de monocultura no Brasil foram proibidos em outros países, no entanto continuamos à mercê do interesse sem escrúpulos da lógica capitalista, que visa apenas ao lucro, não se preocupando com as consequências a curto, médio e longo prazo sobre a produção, sobre o ambiente e sobre o próprio homem.

Já a agricultura familiar praticada pelos pequenos produtores, entre eles os assentados, não utiliza predominantemente agrotóxico, pois é costumeiro o controle de pragas por meio da aplicação de saberes tradicionais, transmitidos pelas gerações passadas, e mediante uso dos próprios recursos naturais. Também é rotineiro encontrarmos plantações originadas de sementes crioulas.

Como observamos, existe um antagonismo nas relações entre o agronegócio e agricultura familiar, mas, apesar das muitas diferenças, o foco de interesse é o mesmo: a terra. Em meio a tantas diferenças, cabe a esta pesquisa desvendar como os assentados do município de Castilho têm enfrentado essa lógica avassaladora que tenta englobar a tudo e a todos e identificar quais têm sido as formas de resistência e recriação estabelecidas para continuarem na terra.

CAPÍTULO I. A FORMAÇÃO E OS EFEITOS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

Muito tem se discutido sobre a questão agrária nos dias de hoje, no entanto, para que possamos entender o presente, é mister voltar ao passado.

A atual base agrária brasileira teve suas características moldadas ao longo da História, e as origens dos atuais conflitos também são reflexos de um passado. Como afirma Silva (2008, p. 83), “O sistema sesmarial foi o responsável pelo caráter latifundiário da nossa estrutura agrária.”

Iniciamos a pesquisa pela retomada do processo de formação da base agrária brasileira pautado no latifúndio, na escravidão e no monocultivo, enfatizando o histórico agrário brasileiro e abrangendo as formas de apropriação da terra desde o período da colonização. Dispomo-nos a analisar de que forma ocorreu inicialmente a distribuição de terras brasileiras.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a primeira estimativa referente à extensão territorial do Brasil é de 1889, quando se computavam 8.337.218 km². Tal estimativa só foi possível graças à análise de cálculos sobre as folhas básicas da carta do Império do Brasil; no ano de 1922, após nova análise da extensão territorial, a área brasileira passa para 8.511.189 km². Uma diferença de 173.971 km² não computada anteriormente, considerando que só foi possível chegar a novos números em km² graças ao aperfeiçoamento dos cálculos embasados em planímetros mecânicos.

Como mostram os dados do IBGE, ao longo dos anos a totalização de km² da superfície brasileira passou por diversas mudanças. A cada análise, a área territorial aumentava significativamente; um dos fatores que ocasionava a diferenciação nas primeiras estimativas era a falta de equipamentos de precisão, como menciona Silva (2008, p. 51): “Os métodos utilizados para medição e demarcação de terras eram rudimentares e permaneceram os mesmos até o século XIX.”

Ainda segundo o IBGE, no ano de 2001, a extensão territorial brasileira era de 8.514.876,599 km². Desse total, uma ampla parte se encontrava nas mãos de latifundiários; a comprovação dessa situação são os inúmeros conflitos sangrentos pela terra em um país tão grande como o Brasil. É lastimável que um país com tamanha extensão territorial seja palco de mortes provocadas pela luta por terra.

Analisado o início da era colonial, é possível constatar que as terras do Brasil sempre estiveram destinadas a uma pequena minoria, de modo que grandes extensões de terra concentravam-se apenas em suas mãos.

Antes da chegada dos colonizadores, a terra era um bem do uso de todos aqueles que a habitavam, porém, após a instalação da Coroa portuguesa, não somente a terra, como tudo o que se encontrava nela, passou a ser mercadoria. A nova forma de organização inserida pela Coroa baseava-se na técnica da dominação de tudo e todos.

Ainda no “descobrimento” do Brasil, impuseram-se inicialmente os interesses da classe hegemônica, à época formada pela elite da Coroa portuguesa, que, uma vez instalada no Brasil, iniciou um processo de geração de lucro para benefício da burguesia mercantil, por meio do trabalho compulsório dos escravos. Assim, enquanto em muitos lugares da Europa grupos começavam a se organizar buscando condições para atenuar as formas de exploração causadas pelo avanço do capitalismo, no Brasil impulsionava-se a escravidão como forma de satisfazer tanto os caprichos como a acumulação da metrópole portuguesa.

Diante desse cenário, podemos afirmar que a “organização” da terra no Brasil por ocasião do descobrimento visava a atender de antemão as conveniências do interesse colonial, sempre priorizando a aglomeração de riquezas para os países metropolitanos. Em outras palavras, retiravam-se os recursos naturais do Brasil, utilizando-se da mão de obra escrava de índios e negros para beneficiar tão somente países metropolitanos e comerciantes, senhores de escravos que aqui estavam instalados.

1.1 O alicerce das desigualdades: concentração, monocultura, e escravismo

Destarte, a configuração dada às terras brasileiras originou o modelo da agricultura aqui imposta, estabelecendo, como principais características, o latifúndio, a monocultura e o escravismo. O latifúndio teve sua origem no apoderamento das terras (antes habitadas por milhares de índios de diversas tribos) pelos portugueses, que, ao se instalarem no Brasil, impuseram suas normas, de modo que os índios passaram a ser obrigados a trabalhar em prol do enriquecimento da Coroa. Os

primeiros conflitos nas terras brasileiras foram marcados pela atrocidade dos colonizadores contra os índios, pois estes representavam (e ainda representam) obstáculo. As terras que se encontravam em seu poder deveriam ser apropriadas pelos recém-chegados ao Brasil para um “melhor aproveitamento”.

Dessa forma, o índio passa a ser visto como empecilho, um obstáculo que deveria ser removido de qualquer forma. Além de estar ocupando o lugar de interesse dos recém chegados, não se enquadrava no padrão de mão de obra escrava de que os portugueses necessitavam, pois, diferente dos colonizadores, os índios não tinham a concepção de trabalho para acumulação bens e riquezas.

Como descreve LIMA 1978 (*apud*, Borges 1997, p. 43), os índios trabalhavam para suprir suas necessidades, pois não fazia parte da sua ideologia a acumulação e alienação de excedentes: “Encontravam-se na fase da comunidade primitiva, organizada na base de uma cooperativa simples. Não conheciam o trabalho como forma de exploração de outrem.”

Nesse sentido, o processo de ocupação das terras brasileiras ocorreu de forma brutal, com a diminuição da população da população indígena, como forma de “Clearing Of Estates”¹ – termo utilizado por Marx, que, traduzido, significa ‘limpeza de propriedades’, no sentido de limpá-las de seres humanos indesejados.

Inicialmente, a terra foi distribuída por meio do regime de capitânicas hereditárias, concessões fornecidas a quem a Coroa achasse pertinente. Participavam desse grupo privilegiado prestadores de serviços à Coroa, donatários, entre outros, como mostra Silva (2008, p. 52):

Partindo desse ponto de vista, compreende-se por que os pedidos de concessão de sesmarias para o estabelecimento de engenhos de açúcar eram prontamente atendidos pela metrópole, contanto que os candidatos provassem ser homens de posses, isto é, demonstrassem possuir os cabedais necessários para estabelecer o negócio.

Já a monocultura infiltrou-se primeiramente em decorrência da necessidade da cana para a produção do açúcar, com o intuito de abastecer Portugal e gerar-lhe

¹ Inicialmente, a expressão Clearing of Estates foi usada por Karl Marx em *O Capital*, como alusão a uma situação vivenciada por homens e mulheres pobres: homens de baixa renda sendo varridos ou expulsos da terra.

lucros. Para suprir as necessidades de mão de obra, fez-se necessário o tráfico de milhares de escravos vindos da África.

Quando tráfico negreiro foi proibido², os senhores de escravos, os fazendeiros, começaram a enxergar a terra como uma nova opção: poder-se-ia transformá-la em mercadoria capaz de substituir o escravo no processo de acumulação. Assim, os fazendeiros poderiam conseguir crédito utilizando a terra como hipoteca de seus empréstimos e também de seus credores, já que a mão de obra escrava estava se restringindo cada vez mais, em decorrência da proibição do tráfico dos negros e em face dos rumores da abolição da escravatura.

Cabe ressaltar que a proibição do tráfico de navios negreiros começou a entrar em vigor no ano de 1832 com o surgimento de decreto ordenando medidas para que se executasse a lei de 1831³.

Outro fator influente para que o tráfico realizado por navios negreiros terminasse foi a pressão exercida pelos países britânicos. Tal pressão teve motivações mais econômicas do que morais, como aponta Bethell 1976 (*apud* SILVA, 2008, p.129):

Privados os plantadores de açúcar das Antilhas Britânicas do seu suprimento regular de mão de obra barata, era importante que os seus rivais, principalmente os de Cuba e do Brasil, que já gozavam de muitas vantagens sobre eles, ficassem colocados no mesmo pé, pelo menos nesse ponto. E, se o continente africano ia ser transformado num mercado para produtos manufaturados e numa fonte de matérias primas (além de ser “civilizado e cristianizado”), como muitos na Grã Bretanha esperavam, era essencial que se fizessem todos os esforços para precipitar a total destruição do tráfico.

Diante da situação da extinção do escravo como mercadoria, a chamada Lei de terras adequaria as condições jurídicas para que a terra viesse a converter-se em mercadoria aceitável nos acordos entre credores e fazendeiros.

² A lei que viria proibir definitivamente o tráfico – Lei Eusébio de Queirós – foi aprovada em 1850.

³ Esta lei foi entendida por muitos como lei para inglês ver, pois a cessação do tráfico externo só ocorreu em 1850 com a Lei do fim do tráfico negreiro.

Em 1850, é aprovada a lei nº 601, a primeira lei de terras do Brasil, estabelecendo que, a partir daquele momento, a terra só poderia ser adquirida por meio de compra e que a venda deveria ser feita pelo governo. O dinheiro arrecadado deveria ser usado para importação de colonos que servissem de mão de obra nas lavouras de café, assumindo assim o papel antes desempenhado pelo escravo vindo da África. Como estratégia para privar o escravo, o pobre e o migrante da possibilidade de adquirir um pedaço de terra por meio da compra, o governo evocava o artigo 14 da mencionada lei, que estipulava o seguinte: o valor a ser cobrado não deveria ser menor do que o preço vigente da época em outros países, como nos Estados Unidos:

É bem verdade que o preço da medição das terras aqui era mais caro do que nos Estados Unidos. Naquele país a medição regulava entre 3 ou 4 dólares por seção de 640 acres, o que significa na moeda brasileira 9 a 12 réis por acre. Aqui, o preço da medição da légua quadrada variava entre 500\$000 (quinhentos mil-réis) e 1:000\$000 (um conto de réis). Sendo a légua quadrada igual a 10.890 acres, a medição de cada acre custava aqui de 45 a 90 réis, isto é, de cinco a oito vezes mais do que nos Estados Unidos. (SILVA, 2008, p. 161)

Em decorrência dessa lei, mantinham-se negros e pobres apartados da terra, de modo que a principal consequência da lei de 1850 foi a maior concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Tal situação é evidenciada na fala de Moraes 1978 (*apud* BORGES, 1997, p. 45):

A grande preocupação das classes dominantes do país, especialmente no Estado de São Paulo, era impedir que imigrantes tornassem proprietários (devido à disponibilidade de terras) em vez de vender sua força de trabalho. “tradução nossa”

Ou seja, a grande preocupação se voltava em impedir o acesso dos pobres a terra. Aqueles que haviam sido beneficiados com a concessão de terras tiveram que pagar certa quantia aos cartórios para legalizar suas terras; estes, que faziam parte do grupo privilegiado por serem amigos da Coroa real, passaram, com a lei de

terras, da posição de amigos para a de senhores de terras. As terras que antes pertenciam aos índios e que foram apropriadas pela Coroa seriam agora privatizadas, com a documentação legalizada.

Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, o destino das terras foi muito diferente do que ocorreu no Brasil: enquanto aqui só tinha o direito aquele que se mostrasse um indivíduo provido de riquezas e os senhores de terra cada vez mais ampliavam seus latifúndios, lá se criavam limites no que tange à distribuição de terras, por acreditarem que a terra só deveria ser repartida entre aqueles que tivessem interesse em trabalhar. A esse respeito, comenta Silva (2008, p. 162) que:

Nos Estados Unidos promulgou-se a 14 de agosto de 1854 a lei chamada de preços graduados. Suas disposições objetivavam evitar que as terras públicas deixassem de passar ao domínio particular por causa do preço. Segundo essa lei, as terras que houvessem *[sic]* entrado em hasta pública, sem obter comprador durante dez anos, podiam então, ser vendidas a 1 dólar o acre, no fim de 30 anos a 12,5 cents. A lei exigia apenas que o comprador se estabelecesse efetivamente na terra. Esse mínimo de 12,5 representava a metade de nossos menores preços. Mas a política americana de terras não parou por aí. Em 1862 foi adotado o Homestead. Essa lei permitia que qualquer cidadão americano ou estrangeiro, maior de 21 anos que nunca tivesse lutado contra os Estados Unidos e que declarasse previamente querer possuir uma determinada área de terras, podia pagando 10 dólares para a despesa de cadastro e efetivamente cultivando a terra por cinco anos tornar-se proprietário de 160 acres. No Brasil a política de terras do Estado imperial não previa nada igual até 1867. A opinião de alguns estadistas brasileiros do Império, como o Marquês de Abrantes, era que conceder terras gratuitamente aos indivíduos tornava-os negligentes e preguiçosos.

A partir da análise da aplicação da lei de terras de 1850, foi possível identificar que os mecanismos sempre estiveram vinculados a interesses da classe hegemônica, em especial os fazendeiros, como revela Borges (1997) ao fazer a análise do procedimento de venda das terras devolutas realizado pelo governo.

Atualmente, o regime jurídico da propriedade está baseado no artigo 5º, XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988, em que está prevista a garantia ao direito de propriedade, bem como que a propriedade deverá atender à função social. Essa função deve ser entendida como o princípio que define que a terra deve suprir as necessidades de subsistência, ou seja: segundo esse artigo, previsto na lei, a

terra deve ser utilizada para produzir alimentos, de modo a alimentar a todos. Parece-nos, entretanto, que esse dispositivo legal não vem sendo posto em prática como deveria. Prova disso é o fato de o Brasil ainda assumir a liderança no que tange à concentração de terras; áreas enormes, maiores até que muitos países, ainda se encontram ociosas, à espera de valorização.

Por meio de uma panorâmica passagem pela história do Brasil, podemos perceber que, desde a instalação da Coroa portuguesa no país, a prioridade estava em atender os interesses da classe latifundiária, o que se reflete (ou persiste) nos dias de hoje: a base do poder continua a reforçar laços com os latifundiários, incentivando as plantações de monoculturas.

1.2 Guerra de Canudos

Com o passar do tempo, as injustiças provenientes da luta pela terra não cessaram. Ainda no século XIX os nordestinos enfrentavam fome, violência, miséria e descaso político. Tanta pobreza era gerada pela concentração de terra nas mãos dos coronéis e, aliadas a esse fator, estavam as condições climáticas totalmente desfavoráveis: a seca castigava os nordestinos.

Enfadado de tanto sofrimento e inconformado com a concentração de terra nas mãos dos coronéis, um grupo de sertanejos, juntamente com o beato Antonio Conselheiro, fundou, na vila de Canudos, às margens do rio Vasa Barris, uma comunidade. Aos poucos a comunidade foi aumentando, pois o lugar ficara conhecido como lugar de abrigo aos pobres a onde era possível trabalhar na terra sem ser explorado. Todo alimento produzido era dividido entre os habitantes e, como forma de adquirir alimentos e produtos que não eram produzidos pela comunidade, todo o excedente era vendido nas vilas vizinhas. Com o dinheiro arrecadado, era possível comprar produtos até então não produzidos.

Com o aumento da comunidade, o governo começou a preocupar-se. O grupo se tornara uma ameaça, visto que os ensinamentos realizados pelo líder religioso Conselheiro, além de serem pautados em princípios religiosos, também se pautavam em contestações acerca da República.

Conselheiro transmitia a seus seguidores indignação contra as desigualdades sociais, e os pecados republicanos, como assim os entedia ser, a cobrança de impostos e o casamento civil, entre outros.

Na concepção do governo, os conselhos dados pelo líder religioso estavam criando um verdadeiro impasse, visto que tais conselhos impulsionavam os moradores da comunidade a se revoltar contra as normas da República.

Diante da tamanha proporção do desenvolvimento da organização e revolta dos adeptos dos conselhos dados por Conselheiro, o governo resolve intervir, enviando suas tropas para o combate. Por cerca de três vezes as tropas enviadas não obtiveram sucesso, já que o grupo de sertanejos se mostrou mais forte, a ponto de vencer a tropa inimiga, no entanto, no quarto ataque, o grupo de sertanejos não conseguiu se defender. A comunidade foi completamente destruída e foram assassinados homens, mulheres, crianças e idosos.

Cabe ressaltar que todo o acontecido ocorreu no período da presidência do Prudente de Moraes. Os conflitos ocorreram entre 1896-1897, por cerca de um ano até o último confronto, quando, como já mencionado, a comunidade fora totalmente massacrada.

1.3 Guerra do Contestado

Não diferente do que acontecia no nordeste brasileiro, os pobres da terra da região sul, nos estados do Paraná e Santa Catarina, também sofreram sérias consequências no que se refere à posse da terra. Ainda na metade do século XIX, os mapas do Paraná e de Santa Catarina apresentavam contornos bem diferentes dos atuais: nesse período, os estados citados disputavam uma faixa do território de divisa, razão por que a guerra foi denominada como “Guerra do Contestado”. O fato que acirrava a disputa não estava relacionado apenas ao perímetro de terras mas também ao fato de que nessas terras existiam riquezas, como madeira e erva-mate.

A disputa por essa faixa de território foi agravada quando a companhia norte-americana Brazil Railway, com o apoio do governo e dos coronéis, implantou uma ferrovia que tinha como projeto unir o estado do Rio Grande do Sul a São Paulo.

Para que esse empreendimento avançasse e fosse concluído, foi necessária a expulsão de posseiros e caboclos, entre outros, pois o governo havia cedido uma extensa área, até então habitada pelos posseiros e caboclos, para a construção da ferrovia.

Além de expulsar e prejudicar centenas de pequenos posseiros, muitos fazendeiros também foram prejudicados: foram levados à falência devido à apropriação, por parte da companhia norte-americana, de toda a madeira que existia na região. Outro fato determinante ocorrido nessa região foi o surgimento do contingente de mão de obra desempregada com o término da construção da ferrovia.

Em meio a esse conflito, surge a figura do monge José Maria, que se dizia capaz de liderar, por meio de seus ensinamentos religiosos, todo o grupo expulso. Com o passar do tempo, as pregações do Monge ganharam a fama de serem milagrosas e, com isso, grande parte da população desalojada passou a seguir seus ensinamentos, criando assim uma grande comunidade formada por todos aqueles que foram prejudicados com a construção da ferrovia.

À medida que a comunidade crescia, aumentava a preocupação do governo, isso porque os adeptos do monge passaram a relacionar toda pobreza e problemas sociais com as atitudes provenientes da República.

Logo o governo resolve intervir na comunidade como forma de se resguardar, posto que o poder do povo liderado pelo monge se expandia. Dessa forma, o até então presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, deu ordens para o exército combater o grupo de rebeldes. Em meio a inúmeras batalhas entre rebeldes e homens do exército, a Guerra do Contestado teve seu final no ano de 1916 com a absoluta extinção da comunidade.

II A TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DAS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES.

As tribos indígenas existentes no estado de São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, eram os tupi-guaranis, conhecidos como os caingá ou cayuá, os tupiniquins, que faziam uso da língua dos tupi-guaranis; os caiapós, xavantes e os caingangues, que passaram a ser conhecidos como coroados, como relata Monbeig (1984). Apesar da presença incontestável de diversas tribos, era inviável relatar o número absoluto dos índios que habitavam o estado de São Paulo naquele período. Dessa forma, a caracterização ficou dependente apenas dos costumes de cada tribo.

Os primeiros contatos entre índios e pioneiros no estado de São Paulo, assim como em todo o Brasil, ocorreram de forma bastante violenta, como mostra Monbeig (1984, p.131): “[...] Eram assinaladas essas raízes por atrozes morticínios, a flechadas e facadas”.

Os ataques dos índios aos pioneiros foram tão intensos, que chegaram ao ponto de intervir na construção da estrada de ferro que tinha por objetivo interligar Bauru a Mato Grosso. Na análise de Azevedo (1958, p. 73):

Os Caingangus, ainda senhores desse vastíssimo sertão de mata até o rio Paraná, irritados com as atrocidades dos brancos caçadores de índios, não davam sossego aos pertinazes abridores de estradas, engenheiros e operários, que se aventuravam pelos seus domínios solitários. Rebelavam-se contra os novos invasores, atacando-os na calada da noite ou em pleno dia, e, obrigando-os a tomar posição belicosa de defesa e de ataque contra as agressões, rondavam-lhes as roças, as estações e os barracões de madeira à espreita do momento em que pudessem colhê-los de surpresa, como nos massacres de Água Branca, Birigui e Baguaçu, onde foram trucidados engenheiros, empreiteiros e trabalhadores da estrada em construção.

Para que a construção da estrada tivesse continuidade, foi necessária a vinda de expedições militares para proteger os trabalhadores. Esse período foi um marco no que tange ao extermínio dos índios no estado de São Paulo, pois, ao mesmo tempo em que as expedições de homens protegiam os trabalhadores das

frentes de expansão pioneira para que pudessem construir a estrada, ocorria o aniquilamento dos índios. Aumentava, assim, significativamente, o número de militares e trabalhadores na região; situação sobre a qual Monbeig (1984, p. 131) assim escreveu:

[...] O empreendimento da construção da estrada de ferro Bauru-Mato Grosso assinala o declínio definitivo dos índios. Primeiro, porque dentre eles morreu um número muito grande, seja nas matanças, seja nas epidemias contraídas no contato com os brancos, e também voluntariamente disseminadas. Mas principalmente porque, ao início das viagens ferroviárias, seguiu-se um afluxo considerável de pioneiros que se dispersaram. A superioridade numérica dos colonizadores aniquilou o pequeno grupo indígena.

Nesse cenário, onde a marcha pioneira moderna invade e ocupa a terra até então habitada pelo índio, ocorre uma diminuição significativa de algumas tribos e outras tantas são extintas, tudo em nome do progresso. Todas as atrocidades apresentam características pertinentes ao processo de acumulação, uma vez que o foco dos pioneiros precursores, após apoderar-se da terra, era agregar a terra ao capital. Cabe ressaltar que a estrada de ferro foi construída por trabalhadores das frentes de expansão pioneira e não pelos homens reconhecidos como pioneiros.

Karl Marx, em *O Capital*, associa a gênese do capitalismo à expropriação do homem do campo, seja o camponês, seja o índio, ou qualquer que se utilize da terra para sua sobrevivência: enquanto um homem é expulso do campo, outro se apropria dele, porém com interesses diferentes:

O que faz época na história da acumulação primitiva são os revolucionamentos que servem de alavanca a classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diversos países e percorre as várias fases em seqüências diversas e em diferentes épocas históricas. (MARX, 1985, p.263).

Dessa forma, para que o capitalismo pudesse ampliar-se no campo foi necessário a dominação e retirada dos índios, removendo-os a qualquer custo,

como já assinalado anteriormente a propósito dos conflitos entre índios e não índios (desbravadores, pioneiros, exploradores, entre outros). Isso sempre ocorria de forma sangrenta pelo fato de os índios apresentarem certa recusa a submeter-se às vontades dos colonizadores, sobretudo no que tange ao trabalho escravo, pois o índio nunca fora acostumado a trabalhar para acumular, já que só trabalhava para suprir suas necessidades do momento, como mostra Borges (1997, p. 43):

Não interessa integrá-lo ao sistema como força de trabalho, pois já se comprovou por experiências anteriores, em outras regiões do país, que os índios, pela sua conformação cultural, estão organizados apenas para atividades que garantam sua sobrevivência.

O índio representava apenas um obstáculo e, portanto, tinha que ser aniquilado em prol da apoderação capitalista da terra, pois somente assim esta poderia ser transformada em mercadoria. No estado de São Paulo, a destruição de inúmeras tribos teve seu auge com a construção da estrada de ferro, como descreve Monbeig (1984, p. 131): “O empreendimento da construção da estrada de ferro Bauru- Mato Grosso assinala o declínio definitivo dos índios.”

Passados anos da construção da ferrovia e, conseqüentemente, do massacre de diversas comunidades indígenas, ficaram apenas resquícios de um passado sangrento, alguns deixados na língua, em especial nos nomes de lugares. A esse respeito, Monbeig (1984, p. 132) comenta:

Encontram-se, na toponímia, muitos traços da época indígena, e, a partir dos topônimos tupis, seria sugestivo estabelecer uma filiação entre o povoamento moderno e o precedente. A bem dizer é absolutamente mínima a nomenclatura indígena, em relação aos nomes portugueses; tão mínima, quanto os casos de bom entendimento entre os dois grupos.

Uma das marcas da presença dos indígenas no estado de São Paulo é o fato de muitos municípios serem denominados com nomes indígenas: Pindamonhangaba, ‘lugar onde se fazem anzóis’; Araçatuba, ‘terra da fruta araçá’; Tupã, deus do trovão ou espírito bom; Itapevi, ‘rio das pedras chatas e lisas’; Carapicuíba, do tupi-guarani, para alguns, ‘pau podre’; para outros, a tradução mais

coerente é ‘peixe que não se pode comer’; há ainda aqueles que dizem que o verdadeiro significado do nome da cidade é ‘aquele que se reúne em poços’.

Os nomes desses municípios paulistas são homenagens aos primeiros habitantes não só do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil; não foram somente os primeiros habitantes, mas também os primeiros homens e mulheres a serem expulsos de suas terras para dar espaço à ganância do capitalismo dirigida pelos homens “civilizados”.

Cabe ressaltar que grande parte dos pioneiros participantes dos primeiros confrontos com os índios na época ainda Província de São Paulo não eram paulistas, e sim mineiros. O estado de Minas Gerais, na década de 1850, estava passando por uma séria crise econômica provocada pelo declínio da mineração, de que resultou a fome, obrigando os mineiros a migrar para fugir dessa situação.

Esse movimento migratório tornou-se tão intenso ao ponto de a porcentagem de mineiros prevalecer em determinados municípios, como fica claro na descrição feita por Monbeig (1984, p. 133):

Acelerada de 1850 em diante, prosseguiu essa imigração durante uns trinta anos, a ponto de, em 1882, um deputado à assembleia Legislativa de São Paulo, plantador que tinha percorrido quase toda a sua província, podia declarar que apenas 20% da população era paulista nos municípios de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais, Cajuru, São Simão, Casa Branca; que não era sensivelmente melhor a proporção dos paulistas, no rumo de Araraquara e, além de Botucatu, era o mineiro, e não o paulista, que desbravava a floresta e repelia o índio.

2.1 A gênese dos movimentos sociais no campo no estado de São Paulo

Para realizar a análise sobre a formação e o desempenho do MST no estado de São Paulo (SP), utilizamos o livro de Fernandes (1999), em cujos relatos encontramos detalhes de como e quando ocorreu a gênese do MST nesse estado.

Segundo Fernandes (1999), os embates pela terra, em São Paulo, vêm ocorrendo desde 1979, e sua origem, nesse estado, esteve associada a um conflito envolvendo posseiros de Castilho, Nova Independência e Andradina, no ano de 1980:

Em face das novas formas de inserção do capitalismo no campo ocorridas por meio da modernização ou industrialização das formas de trabalho, trabalhadores expropriados do campo viram-se obrigados a reunir-se e a criar mecanismos de luta contra as formas utilizadas pelo capital para expropriá-los. Uma das maneiras de lutar contra sua própria expropriação foi participar dos movimentos sociais:

Na primeira metade da década de oitenta emergiram vários movimentos de luta pela terra no Estado de São Paulo. Eram lutas realizadas por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários, boias-frias, desempregados rurais e urbanos, etc., que aconteceram desde o extremo-oeste do estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a baixada do Ribeira. Foi a partir dessas lutas localizadas que os trabalhadores foram construindo condições políticas para a troca de experiências e para superação do isolamento. (FERNANDES, 1999, p. 96)

A partir das lutas e conflitos ocorridos no campo é que se forma o MST no Estado de São Paulo, cuja mobilização e atuação só foi possível graças ao apoio da igreja, dos partidos políticos e dos sindicatos.

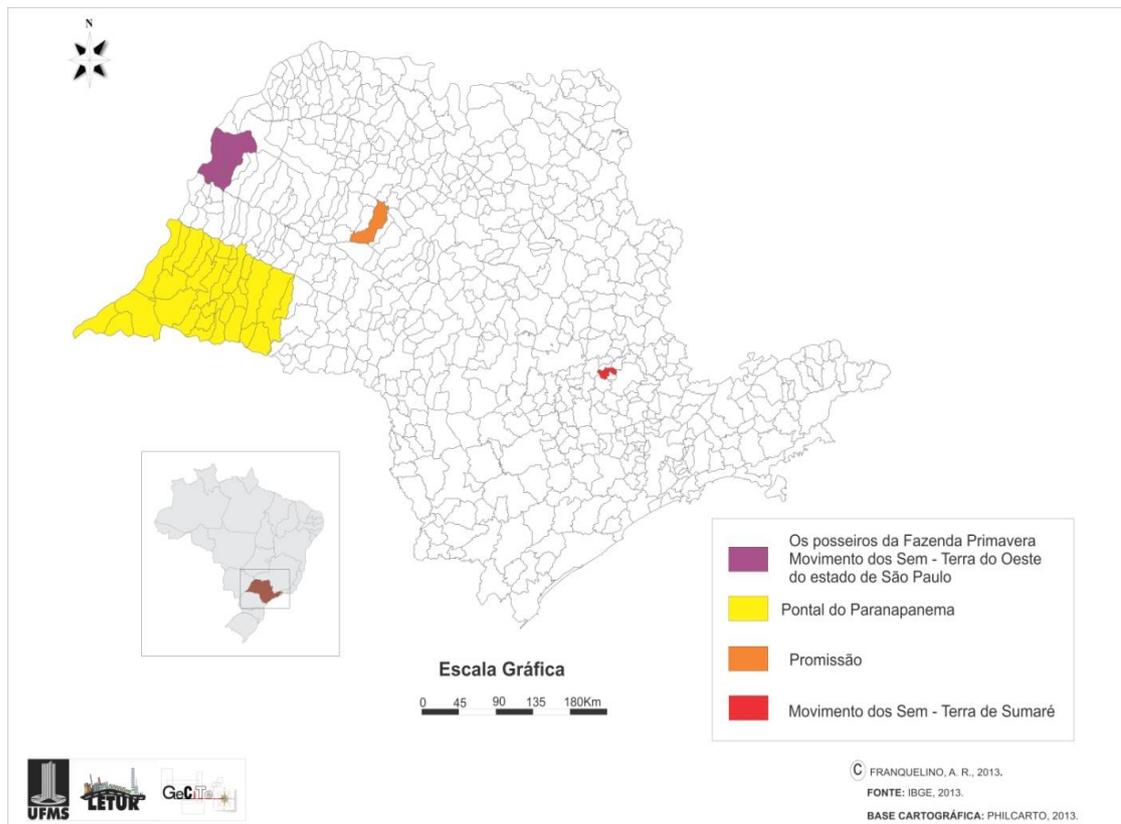
A igreja católica colaborou por intermédio das CEB (Comunidades Eclesiais de Base) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra); já a ajuda política foi oferecida pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); quanto aos sindicatos colaboradores para o surgimento do MST, foram os sindicatos de trabalhadores rurais, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo).

Apesar de o intuito dos órgãos citados acima ser o mesmo, não se podem negar alguns impasses e desavenças que, na análise de Fernandes (1999), acarretaram a ocupação de terras por parte dos trabalhadores. Como as negociações entre órgãos intencionados em fazer reforma agrária e o Governo Federal não progrediam “além do caráter burocrático”, os trabalhadores decidiram pela ocupação da terra, “como forma de luta, atingindo assim os limites dos desafios existentes tanto para os trabalhadores quanto para o governo democrático”.

Dessa forma, a ocupação de terra pública acabou tornando-se uma maneira de pressionar o governo federal a tomar um posicionamento. No ano de 1983, o governo paulista realizou um levantamento de imóveis rurais pertencentes ao

Estado, porém, como essa atitude do governo não prosseguiu com a desapropriação dos imóveis, um grupo de 89 famílias resolveu ocupar uma área pertencente à CESP na cidade de Ilha Solteira (SP). No mesmo ano, no município de Castilho (SP), em uma área próxima à barragem de Jupiaá, de domínio da CESP, 107 famílias ribeirinhas montaram um acampamento. Ainda no ano de 1983, mais propriamente no mês de outubro, um grupo formado por 29 boias-frias ocupou também uma área da CESP. Essa área ocupada estava sendo utilizada como fazenda experimental, onde se desenvolviam diversas pesquisas de interesse da CESP. Inúmeras foram as ocupações realizadas com auxílio do MST. Na figura nº1, é possível visualizar os municípios do estado de São Paulo onde ocorreram as principais lutas:

Figura 1: Principais conflitos da luta pela terra no estado de São Paulo



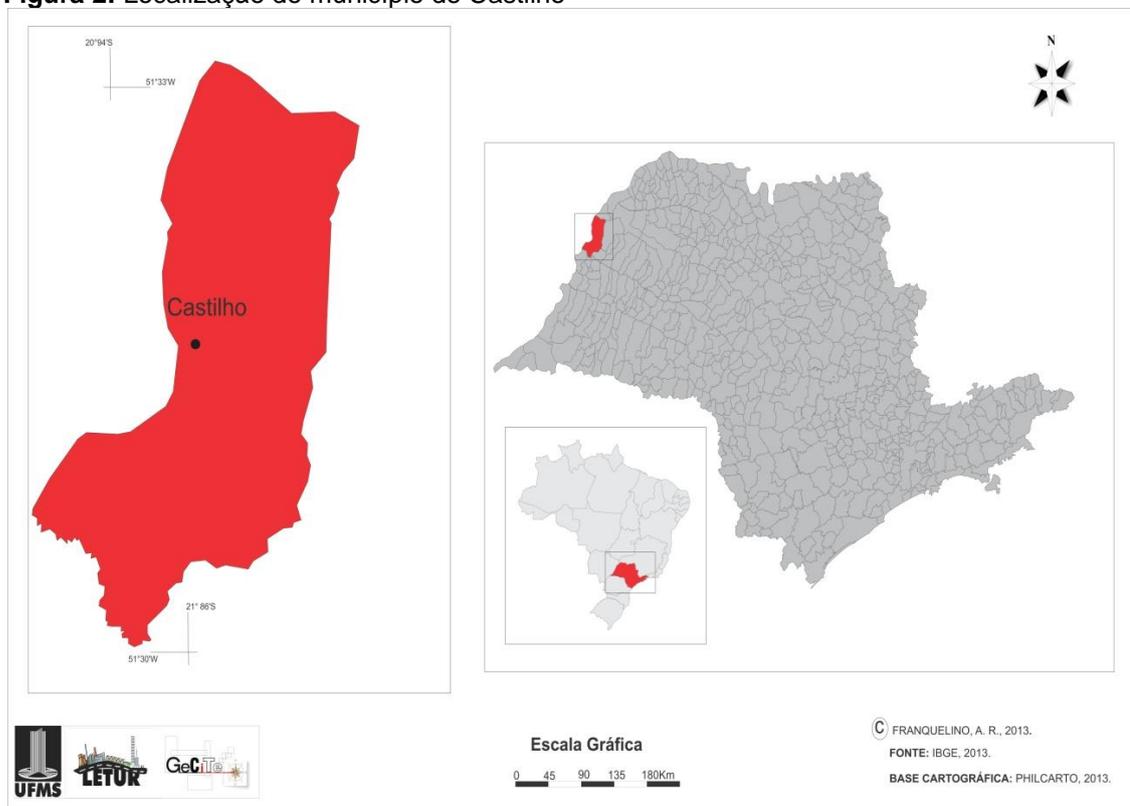
Fonte: Fialho, Gláucia Org: Franquelino, A. R

2.2 Compreendendo o município estudado: Castilho

Castilho tem sido palco de inúmeros conflitos agrários. Situado na região noroeste do estado de São Paulo, na latitude $20^{\circ} 52' 20''$ Sul e na longitude de $51^{\circ} 29' 15''$, o município faz divisa com Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, e com as cidades de Andradina (SP), Nova Independência (SP), Itapura (SP) e São João do Pau D' alho (SP). A 650 km da Capital São Paulo, Castilho tem, segundo o censo de 2010, uma população de 18.003 habitantes; desse total, 12.897 residem na zona urbana e 5.124, na zona rural. Sua área ou extensão territorial chega a 1.066 km². Atualmente existem no município 13 assentamentos.

Banhado pelos rios Tietê, Paraná e Aguapeí, o município conta com a hidrelétrica Eng.^o Souza Dias, ali instalada, mais conhecida como usina de Jupia, cuja construção foi iniciada ainda na década de 1960, vindo a ser fundada no ano de 1969. A partir da geração de energia provida pela hidrelétrica, o município tem recebido altos royalties.

Figura 2: Localização do município de Castilho



Fonte: IBGE, 2013

No ano de 2006, Castilho recebe a instalação de uma usina de açúcar e álcool, chamada Virálcool, .

Lopes (2006, p. 37), ao descrever a paisagem do município antes da chegada da usina no município de Castilho e região, assim se manifesta:

Quem hoje olha para o horizonte do Município de Castilho enxerga uma grande superfície semiplana coberta por capim por quase todos os lados com algumas árvores isoladas onde o gado descansa à sombra. Uma paisagem monótona que cansa ver, diferente da diversidade das matas que por aqui existiam. Em menos de um século de devastação poucos são os vestígios que sobraram das árvores e animais que habitavam a região.

Pode-se inferir que as instalações das usinas trouxeram consigo a ilusão de melhoria de vida para muitos que dependiam de ajuda do poder público, já que o município não contava com oportunidades de emprego que atendessem a toda a população. No entender de Lopes (2006, p. 58): “Assim, foi efetivada em Castilho-SP aquela velha visão desenvolvimentista de que com o favorecimento ao grande capital se é capaz de alcançar desenvolvimento social e econômico para a população.”

Diante dessa situação, o horizonte de Castilho passa a ser transformado. A monocultura da cana-de-açúcar alterou a paisagem, que antes era coberta por pastagens; o canavial passa a prevalecer, transformando o campo de forma monótona, fatigante, sufocante, especialmente para os moradores dos assentamentos cercados pelos canaviais, e (por que não dizer) aterrorizante! Em noite de queimada, esse é o único e o mais adequado adjetivo a ser aplicado à paisagem da cana. A queima da cana foi proibida, no entanto os acidentes são constantes; dessa forma, cabe apenas a vigilância dos assentados para que as labaredas não alcancem os seus lotes. Nas figuras a seguir, é possível visualizar a proximidade do fogo ao assentamento, destacando-se que o assentamento inicia-se a poucos metros de distância das árvores vistas nas figuras.

Figura 3: Queima da cana em agosto de 2013.



Fonte: Arquivo pessoal da assentada AFRN.

As fotos foram tiradas em 2013 por uma assentada , que, no ano de 2010, fora prejudicada pela queima da cana. O fogo que se iniciou no canavial veio a atingir o seu lote: à época, seis animais morreram (dois bezerros e quatro vacas) e parte do lote foi queimada, inclusive uma plantação de cana que serviria de alimento para o gado leiteiro. Na ocasião, não houve tempo de tirar fotos, visto que a preocupação maior era socorrer os animais, além de prestar socorro aos vizinhos. Relata a assentada que, naquele ano, a queimada ocorreu de madrugada, piorando a situação. Apesar dos riscos, alguns dos que tiveram seus lotes queimados foram de encontro ao fogo tentando levar seus animais para longe das labaredas e, como forma de inalar menos fumaça, usaram apenas panos molhados.

Figura 4: Queima da cana.



Fonte: Arquivo pessoal da assentada AFRN.

Figura 5: Proximidade da queima da cana junto ao assentamento.



Fonte: Arquivo pessoal da assentada AFRN.

Para alguns, o horizonte marcado pelo mar de canavial significa monotonia; para aqueles cercados por essa monotonia, o mar de cana pode significar perigo,

alerta em noites de queimada; e para poucos, pouquíssimos, esse mar sem fim significa “progresso”.

Unindo o útil ao agradável, inúmeros fazendeiros que até então mantinham suas fazendas apenas à espera de especulação, passaram a arrendá-las, pois, dessa forma, ao mesmo tempo em que gerariam dinheiro, também estariam protegidas da reforma agrária.

Antes de analisarmos a conjuntura atual, julgamos relevante um breve relato da gênese do município.

A história do município de Castilho teve início no ano de 1934, com a chegada de Armel Miranda, que, além de desbravador, era condutor de um grupo de pioneiros. Após a sua instalação, Armel Miranda recebeu, da família Brito, um terreno, no qual formou uma vila, nomeando-a de Vila Cauê, primeiro nome do município, como relata Silva (2000, p. 5):

Foi nessa data que o grande fundador Armel Miranda e outros Bandeirantes munidos de coragem e disposição vieram para esta parte do Estado e conseguiram, através da família Ferreira Brito, a doação de um terreno para formar um patrimônio.

A partir da criação da vila, novos grupos de pessoas foram se fixando no local e, nesse período, instalou-se, na vila, o Engenheiro Alfredo Castilho, chefe dos trabalhadores da construção da estrada de ferro:

Logo o patrimônio foi premiado com a presença do engenheiro Alfredo de Castilho. Com a equipe de trabalhadores, realizava a abertura da faixa da estrada de ferro Noroeste do Brasil. Saía de Araçatuba demandando a Três Lagoas que deveria atravessar o pequeno povoado que teve o primeiro nome de vila Cauê. (SILVA, 2000, p. 5).

A construção da estrada de ferro principiou no ano de 1906; a companhia responsável pela construção da ferrovia era a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). A linha férrea Noroeste do Brasil partia da cidade de Bauru, passando pelos municípios de Presidente Alves, Lauro Muller e Araçatuba, até chegar a Castilho, de onde se estenderia ao rio Paraná, atravessando-o até o então estado de Mato Grosso. A inauguração da estação Alfredo de Castilho ocorreu em 1937. Tão

importante para o município, mereceu até versos do então poeta castilhense Vicente Ferreira Silva:

A estação ferroviária de Castilho,
Era motivo de animação,
O apito saudoso do trem,
Mexia com o coração,
De longe ele apitava,
Muita gente escutava
E corria para estação
(SILVA, 2000, p. 49).

Na figura 6 (foto tirada no ano de 1979), é possível visualizar a estação ferroviária pronta e ainda em funcionamento, mas que seria desativada no ano de 1990.

Figura 6: Estação Ferroviária Alfredo de Castilho



Fonte: <www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em 09 de maio de 2013.

A figura 7 mostra a ponte Francisco de Sá, que levou 15 anos para ser construída sobre o rio Paraná, inaugurada em 1926, com 1024 metros. Os trilhos da estação ferroviária Alfredo de Castilho seguem, passando pela ponte, assim ligando os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (à época, Mato Grosso).

Figura 7: Ponte Francisco de Sá



Fonte< http://www.solariseditora.com.br/estr_ferro/ef_304.htm> Acesso em 14 de maio 2013.

Antes da construção da ponte, a travessia dos vagões da empresa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil era realizada em balsas, como mostra a figura 8. Essa situação só foi alterada após a inauguração da ponte Francisco de Sá.

Figura 8: Balsas transportando vagões



Fonte< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:NOB-balsa.jpg>> Acesso em 17 de maio.

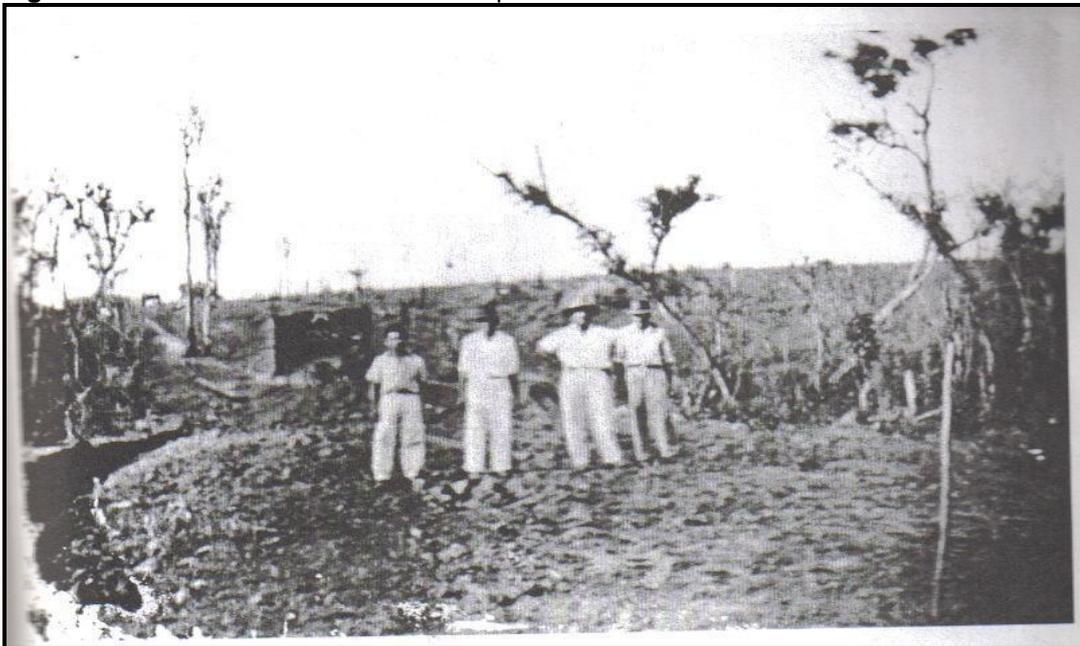
Em homenagem ao engenheiro Alfredo Castilho, a Vila Cauê passa, na década de 1930, a ser chamada Alfredo Castilho; em 1944, o município é renomeado, passando a ser chamado “Castilho”, como permanece até os dias de hoje.

Sua emancipação ocorreu no dia 30 de dezembro de 1953, pela lei nº 2.546; anteriormente a essa data, Castilho era distrito de Andradina.

2.3 Conflitos agrários em Castilho-SP

As atividades econômicas desenvolvidas na época eram criação de gado, comercialização de madeira e pequenas plantações agrícolas. A figura que segue representa esse estado de coisas:

Figura 9: Primeiros moradores do município de Castilho – SP.



Fonte: Silva (2000, p.46).

A gênese do município de Castilho só foi possível graças à doação de parte de uma fazenda. Como Monbeig (1984) registra em seu livro, esse período foi marcado pela apropriação de terras pelos fazendeiros, que compravam terras já

griladas para que futuramente viessem a ser supervalorizadas, situação conhecida como fase de especulação.

Diante dessa situação descrita por Monbeig (1984), é necessário refletir sobre a função dos desbravadores pioneiros e os méritos a eles atribuídos.

Cabe ressaltar que a população que habitava no município no período em que foi criado era composta tanto por brasileiros quanto por colonos japoneses, e outros vindos de países da Europa, todos com a mesma intenção, como afirma Lopes (2006, p. 38):

Junto com os referidos pioneiros estavam muitos colonos, vindos principalmente do Japão e de países da Europa, esses colonos chegavam esperançosos em conseguir um lote onde pudessem trabalhar por conta própria. Geralmente acabavam sendo aliciados por algum fazendeiro poderoso e iam trabalhar no preparo de sua terra. Abriam as matas com machado e tiravam os troncos com picareta, preparavam o solo para receber a enxada e o arado, depois de tudo pronto, constantemente o fazendeiro arrendava sua propriedade para as mesmas pessoas que deram duro para deixar sua fazenda limpa, estes trabalhadores não tinham alternativa e só lhes restavam pagar uma renda, pagar um tributo pelo direito de uso dessas terras.

Essa situação exposta por Lopes (2006) prevaleceu no município por muitos anos, cabendo aos camponeses apenas obedecer: “O mesmo ciclo. Limpar o mato, plantar algodão ou milho, fazer a colheita, entregar grande parte, e no ano seguinte, plantar capim, mudar, girar, tomar e retornar o processo quantas vezes preciso fosse.” (OLIVEIRA *apud* LOPES, 2006).

Em 1980, em meio a um intenso conflito na Fazenda Primavera, localizada entre os municípios de Castilho, Andradina e Nova Independência, surge, no estado de São Paulo, o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

A gênese do MST está registrada na luta dos posseiros da Primavera contra a expropriação e a exploração. Essa luta marcou o início de um processo de organização do Movimento no Estado, que continuou se desenvolvendo a partir de várias outras lutas construídas no decorrer do período estudado. (FERNANDES, 1999, p.88)

Até então, essa fazenda era tida como propriedade do empresário José João Abdala, mas apesar de ele se apresentar como dono da fazenda, não havia registros em cartório que comprovassem a propriedade. Dessa forma, o até então proprietário cobrava uma renda dos posseiros que viviam na fazenda, que, por sua vez, eram obrigados a pagar.

Com o passar do tempo, com a intenção de expropriar os posseiros, o fazendeiro passou a aumentar cada vez mais as formas de exploração sobre a renda da terra, a ponto de contratar jagunços para intimidá-los:

O grileiro se apresentava como dono das terras, dizendo que tinha “documento” e cobrava dos posseiros a renda da terra. O conflito com o Abdala se intensificou com as novas formas de exploração que implantava: alto percentual da renda da terra que era paga em produto e a compra no armazém da fazenda que fornecia diversas mercadorias e emprestava dinheiro. (FERNANDES, 1999,p 89)

Todas essas manobras utilizadas pelo fazendeiro ao mesmo tempo em que expropriavam os posseiros também os tornavam totalmente dependentes e, diante dessa situação, não viram outra possibilidade a não ser a de se unirem para permanecer na terra. Com o apoio e adesão da igreja e a ajuda da FETAESP, os posseiros conseguiram garantir essa permanência.

E em 8 de julho de 1980, o Presidente da República, à época o General Figueiredo, assinaria o decreto que destinava a fazenda Primavera para fins de reforma agrária. A partir de então, duzentas e setenta e quatro famílias camponesas foram assentadas na Fazenda.

Ainda no final da década de 1980, a fazenda Pendengo, também localizada no município de Castilho, foi palco de conflitos entre camponeses e o latifundiário. O desfecho da questão não foi, todavia, o mesmo que ocorrera na fazenda Primavera, pois todos os camponeses que se encontravam acampados às margens da fazenda tiveram que desocupar área. Diante dessa situação, muitos dos que estavam acampados às margens da fazenda Pendengo mudaram-se para o acampamento Timboré.

Atualmente, o município conta com 13 assentamentos. A tabela 1 traz dados de 10 desses assentamentos. É importante salientar que o projeto do reassentamento Jupuíá não consta na tabela 1 por ser projeto da CESP, criado pela

necessidade de instalar as famílias atingidas pelas inundações ocorridas no ano de 1983. Atualmente residem no reassentamento aproximadamente 100 famílias.

Os assentamentos Timboré e Primavera não constam nos dados do INCRA como pertencentes ao município de Castilho, e sim ao município de Andradina, porém cabe salientar que parte de ambos os assentamentos está localizada no perímetro do município de Castilho.

TABELA 1. ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CASTILHO – SP

ESTABELECIMENTO	Área (ha)	Número de Famílias assentadas	Data do Decreto
RIO PARANÁ	2.208,6817	92	26/06/1986
ANHUMAS	1.348,5959	69	26/04/2001
TERRA LIVRE	628,3237	41	11/12/2001
SÃO JOAQUIM	606,0000	46	11/12/2001
NOSSA SENHORA APARECIDA II	976,4563	73	29/07/2004
CELSO FURTADO	2.427,7659	178	09/12/2005
SANTA ISABEL	1.033,4851	68	21/11/2002
CAFEEIRA	1.959,7754	125	20/12/2004
PENDENGO	4.139,6163	200	29/12/2004
ESPERANÇA DE LUZ	996,2609	71	21/11/2002

Fonte: Disponível em www.incra.gov.br Acesso em 13-06-2013

Tabela 2. Assentamentos em Castilho-SP que não constam no cadastro do INCRA como pertencentes ao município.

ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)	Número de Famílias assentadas	Data do Decreto
FAZENDA PRIMAVERA	9.595,3000	282	08/07/1980
FAZENDA TIMBORÉ	3.393,4800	176	23/06/1995

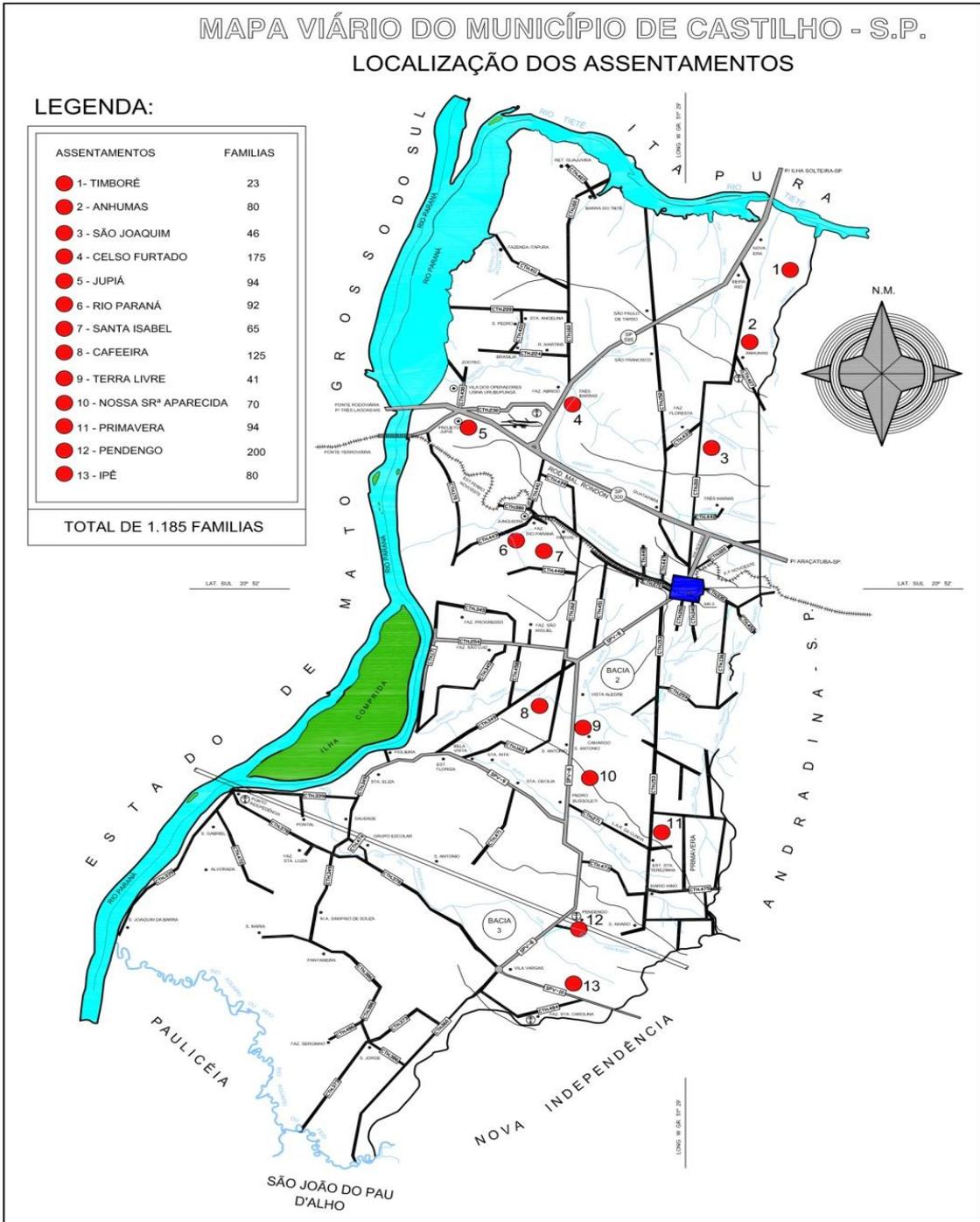
Fonte: Disponível em www.incra.gov.br. Acesso em 14/06/2013

Dessa forma, para o INCRA, Castilho conta com 10 assentamentos, pois, como já mencionado, tanto o assentamento Timboré como o assentamento Primavera se dividem entre Castilho e Andradina, ao passo que a área do Jupιά é considerada como reassentamento. A ausência de dados do reassentamento Jupιά na tabela decorre do fato de este não apresentar dados no *site* do INCRA. Cabe salientar que a conquista de tantos assentamentos só foi possível graças à organização e espacialização do MST, possibilitando lutas e conquistas.

A seguir, veja-se o mapa 3, com a localização dos 13 assentamentos, juntamente com o reassentamento Jupιά.

O assentamento denominado, na tabela 1, “Esperança de Luz” é o mesmo que aparece no mapa 3 como Ipê. Isso se explica pelo fato de que, anteriormente à desapropriação, a fazenda tinha como nome Ipê. Após a desapropriação e conseqüentemente a formação do assentamento, este passou a ser chamado “Esperança de Luz”. No mapa cedido pela Prefeitura, permanece o nome da fazenda antes da desapropriação.

Figura 10: Localização dos assentamentos no Município de Castilho SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Castilho

2.4 Em nome do progresso: Ribeirinhos versus Hidrelétrica

Ainda na década de 1960, um marco importante no que tange ao desenvolvimento do município ocorreu com a construção da hidrelétrica Jupuíá, porém, ao mesmo tempo em que muitos gritavam “O desenvolvimento está chegando”, outros tantos gritavam que não queriam ser retirados de suas moradas. O desfecho da história conhecemos bem.

Aranha (2010, p. 200) escreve:

Conhecendo as necessidades presentes e futuras, antecipando-as e, surpreendendo e encantando o cliente. Assim, é que entendemos como se apresenta a imperiosa necessidade da produção de energia, pois sua demanda é cada vez maior no meio urbano e no processo industrial.

O jornal da época já sinalizava a intenção do empreendimento, quando se refere à construção do complexo de hidrelétricas formado pelas usinas de Jupuíá, Três Irmãos e Ilha Solteira.

Figura 11: Matéria sobre o empreendimento hidrelétrico.

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO — (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL)

Gerente: GABRIEL GRECO Diretor: WANDYCK FREITAS Redator-Secretário: LUCIO BARBOSA

ANO LXXI SÃO PAULO — QUARTA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1961 NÚMERO 3

Constituída a CELUSA

PASSO DECISIVO PARA A CONSTRUÇÃO DA USINA DE URUBUPUNGÁ (4 MILHÕES DE HP)

Ressalta o Governador Carvalho Pinto o caráter nacionalista do empreendimento — São Paulo contribuirá inicialmente com dois bilhões de cruzeiros — Os trabalhos da assembléia geral ontem realizada nos Campos Eliseos

Em cerimônia realizada ontem, no Salão Vermelho do Palácio dos Campos Eliseos, presidida pelo Governador Carvalho Pinto, foi constituída a “CELUSA — Centrais Elétricas de Urubupungá S.A.”, organização que se encarregará da construção da Usina de Urubupungá, com a capacidade de 4 milhões de cavalos — vapor. Seus benefícios se estenderão a uma vasta região de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná dentro de um raio de 600 km.

O programa completo de Urubupungá prevê a construção de duas barragens e usinas no rio Paraná — Jupuíá e Ilha Solteira — com uma potência instalada total de cerca de 3 milhões de kw e uma produção anual prevista de 15 bilhões de quilovates-hora.

DIRETORIA DA CELUSA
A Diretoria da empresa ficou assim constituída: presidente, sr. Hélio Bicudo; diretores: Diogo Adolpho Nunes Gaspar, eng. Souza Dias, Nilde Ribeiro dos Santos e Demóstencs Martins. Conselho Fiscal: titulares — Plínio Queiroz, Fernando de Oliveira e José Pauloni Neto; suplentes — Mário Laranjeira de Mendonça, Alfredo Freire Filho e Antonio Ponzio.

Fonte :< <http://titochi.wordpress.com/category/outras-entidades/cibpu/page/2/> >Acesso em 17 de maio 2013.

Por meio da construção desse empreendimento hidrelétrico, a dinâmica do município foi alterada, a começar pela inversão de moradia: do campo para a cidade.

Começamos nossa análise na década de 1960, ano em que se iniciou a construção da hidrelétrica. Cabe lembrar que a inversão de moradia do campo para a cidade não foi ocasionada unicamente pela construção da hidrelétrica, pois, como observamos no subitem anterior, os moradores do campo já estavam sendo expropriados do campo pelos “donos” das grandes propriedades.

No ano de 1960, o número total de moradores de Castilho eram 13.139, dos quais 10.131 residiam na zona rural e apenas 3.008 residiam na zona urbana. Após o início da construção da hidrelétrica, esses dados começaram a inverter-se, lembrando que o término da construção ocorreu em 1969.

Em 1970, o número de habitantes do município era de 15.329, dos quais 7.084 residiam na zona rural, enquanto 8.245 residiam na zona urbana. Já no ano de 1980, a população total era de 12.246, mas apenas 4.168 habitavam na zona rural, enquanto 8.078 residiam na zona urbana.

Ou seja: percebemos que, na década de 1960, período em que se iniciara a construção, o número de habitantes na zona rural prevalecia sobre o número de habitantes da zona urbana, porém, com o início da obra, muitos saíram do campo para trabalhar nesse empreendimento da construção, como mostra Silva (2000), p. 30): “À procura de um padrão de vida melhor, os trabalhadores rurais deixaram a lavoura e foram trabalhar na construção da referida barragem, aumentando assim a população urbana e diminuindo a população rural.”

Dessa forma, os números apresentados na década de 1970 são frutos dos acontecimentos da década anterior. Além de aumentar o número de habitantes no município com a chegada de trabalhadores para a construção da usina, o quadro se inverteu: os moradores da zona urbana passam a prevalecer sobre o número de habitantes da zona rural.

Já na década de 1980, onze anos após o término da obra, o número de habitantes cai novamente, pois muitos dos que chegaram para trabalhar na construção foram embora e outros tantos que já moravam no município e que foram

empregados na construção também decidiram migrar em busca de outras vagas em outras construções:

Como o emprego tinha caráter temporário, ao final das obras de construção da Usina de Jupia muitos trabalhadores não tinham para onde ir, alguns tiveram que ir embora para outras regiões do país e outros acabaram morando na zona urbana de Castilho. Os que passaram a residir na cidade iam trabalhar de boia-fria nas poucas lavouras temporárias ainda existentes, mas com o tempo também foram desaparecendo. Outros conseguiram algum trabalho nas fazendas de gado, tipo de serviço bastante escasso, pois a pecuária costuma empregar pouca mão de obra. (LOPES, 2006, p, 43)

Cabe ressaltar que essa mudança repentina do campo para a cidade não ocorreu da mesma forma em todos os casos, pois nem todos os moradores da zona rural tinham por desejo próprio migrar para a cidade. Alguns moradores da zona rural tiveram que migrar para a cidade pelo fato de suas propriedades estarem situadas próximas às margens do rio Paraná. Diante dessa situação, muitos migraram contra sua própria vontade, forçados pelas inundações ocorridas para a implantação da hidrelétrica. Conforme reflete Aranha (2010, p. 204)

Esses diversos grupos sociais, representados por homens e mulheres de diversas faixas etárias e de várias gerações que viviam no entorno dos rios sofreram, sem distinção, o processo de desenraizamento e de ruptura cultural, econômica e política.

Sem mencionar as famílias ribeirinhas, que dependiam do rio (da pesca) como meio de sobrevivência. Muitas famílias foram reassentadas em outras áreas, porém o principal gerador dos meios de subsistência não lhes foi cedido; algumas famílias até foram reassentadas próximas às margens da represa, porém, por medida de segurança, não podiam pescar no rio.

Sobre essa situação, merece destaque a seguinte ponderação:

Como medida paliativa e mitigatória, talvez ainda mais ultrajante para esses homens e mulheres, são pírias indenizações e/ou os reassentamentos formados em “módulos”, rurais ou urbanos. São nesses reassentamentos, cuja forma e estrutura se diferem do lugar que viviam, que os ex-ribeirinhos são obrigados a viverem, cujos conteúdos e práticas socioeconômicas nada têm a ver com a

tessitura do território concebido e vivido “nas barrancas do rio”, como se referem os reassentados. (ARANHA, 2010, p. 204).

Uma territorialização que ocasionou inúmeras desterritorializações; tudo em nome do tão sonhado progresso, pois:

A territorialidade deve ser entendida como uma estratégia de controle vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter quantitativo do agente dominador. (ARANHA, 2010, p. 204).

A próxima figura traduz a dimensão do empreendimento:

Figura 12: Construção da Hidrelétrica de Jupia.



Fonte:< www.3lagoas.com.br/turismo/arquitetonico/usina-hidreletrica-de-jupia> Acesso em 13 de Maio 2013

Dessa forma, verificamos que a inversão da moradia, do campo para a cidade, no município de Castilho, decorreu de três fatores: a expropriação (o dono da fazenda obrigava, em muitos casos de forma violenta, as famílias que até então moravam em sua fazenda a migrarem para a cidade); as más condições vivenciadas no campo, fazendo que o morador do campo passasse a enxergar a construção da hidrelétrica como uma oportunidade; a saída espontânea.

CAPITULO III. FRAGMENTOS DE HISTÓRIAS: SÃO JOAQUIM, ANHUMAS E PENDENGO

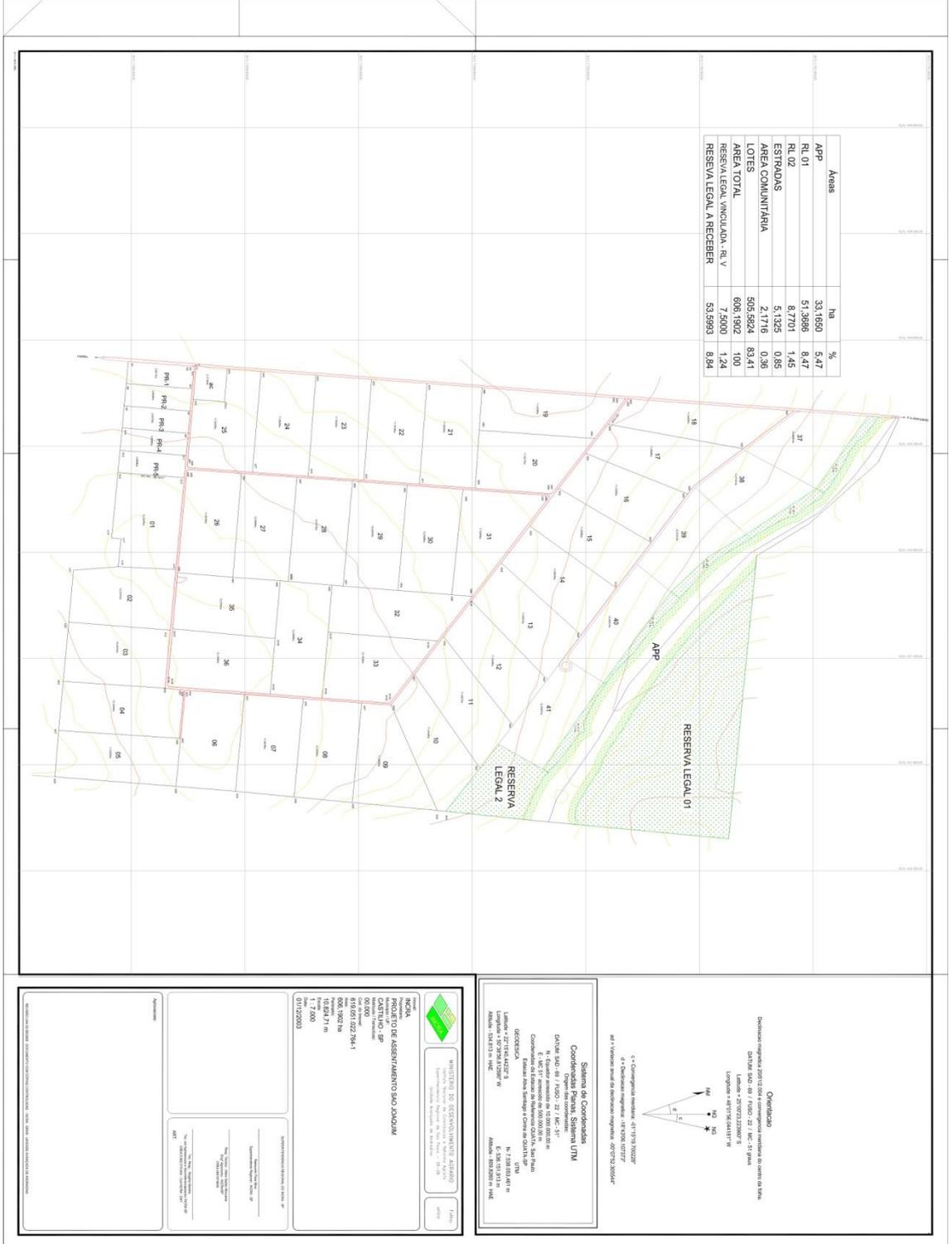
A escolha desses três assentamentos para a realização da pesquisa teve como intuito comprovar a frequência com que situações como a discutida na pesquisa ocorrem. Em todos os assentamentos em questão encontramos situações próximas: formas de resistência e recriação são desenvolvidas com o intento de permanecerem na terra.

O primeiro assentamento estudado foi o São Joaquim, antes denominado fazenda Tremembé. A imissão de posse ocorreu no dia 30 de junho de 2003, com extensão territorial de 606,00 ha. Inicialmente, foram assentadas 41 famílias em lotes de 12 hectare aproximadamente; anos depois, o Incra assentou mais cinco famílias na área de reserva. Atualmente, as famílias assentadas cultivam, em seus lotes, verduras, leguminosas, mandioca, quiabo, pimenta, entre outros produtos, além de produzirem queijo e requeijão. A atividade predominante do assentamento é, todavia, a pecuária leiteira.

Grande parte da produção dos alimentos é entregue ao projeto PAA Programa de Aquisição de Alimentos. Os alimentos são recolhidos uma vez por semana e levados até ao município de Castilho, onde toda a produção recolhida é entregue às famílias carentes e, aos assentados produtores, é pago, no final do mês, um valor referente aos produtos entregues. Cabe ressaltar que, nos demais dias, a produção colhida é vendida na feira, também ocorrida no município de Castilho.

Na figura 13, é possível visualizar a divisão dos lotes do Assentamento São Joaquim:

Figura 13: Divisão dos lotes do Assentamento São Joaquim.



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

3.1 Fontes orais como metodologia

[...] Nossa opção pelo trabalho com fontes orais se sustenta na concepção de que os camponeses são construtores cotidianos de sua própria composição como classe, e que o trabalho com fontes orais, ao permitir sua expressão, por meio do testemunho, busca resgatar suas experiências e utopias camponesas passadas e presentes que, por não serem da classe hegemônica ou, para alguns, não serem nem mesmo de uma classe, têm tido pouca ou nenhuma possibilidade de deixar marcas. (ALMEIDA, 2006, p. 49).

Com o intuito de compreender os processos de resistência e recriação nos assentamentos em questão, utilizamos o “método” das fontes orais. Compreendemos que estas revelam detalhes de fatos ocorridos no passado e no presente, e que estes, ao serem relatados pelos próprios sujeitos que participaram do processo, trazem à tona novas perspectivas de percepção do real.

Nesse sentido, fazemos menção à seguinte concepção de Bosi (2004, citado por (SANTOS, 2010, p.5):

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudessem servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuarem-se na história de sua vida.

Entende-se, dessa forma, que o uso das fontes orais é de suma importância, pois proporciona a análise de fatos até então inéditos. No caso desta pesquisa, com a utilização desse método, as classes oprimidas ganharam o direito a voz; voz que, por não pertencer à classe hegemônica, não é ouvida. Dessa maneira, acreditamos que os relatos de vida recolhidos por meio das entrevistas torna-se uma estratégia que nos permite dar voz às classes oprimidas.

O intuito do uso dessa prática foi propiciar espaços para essas vozes, as dos próprios personagens da história, entrevistando-os, transcrevendo o material coletado e materializando essas falas. Compete ao pesquisador o papel de construir a explicação científica e, para tanto, cabe-lhe dar coesão às falas, transcrevendo-as,

selecionando-as e estabelecendo uma relação entre a fala e o tema em questão, sem deixar de relacionar a prática com a teoria.

A pesquisa de campo ainda utilizou as fontes orais pelo fato de estas apresentarem importantes premissas, uma vez em que, em muitos casos, é por meio da fala que se torna possível suprir lacunas; em outros, até se chega a contrapor registros de fatos deixados pela classe hegemônica.

Segundo Almeida (2006, p. 42):

Isso significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes. Entendemos ainda que, embora o trabalho com fontes orais não seja para nós um instrumento de conscientização política, ele permite a superação da pretensa prática da neutralidade na pesquisa.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que os sujeitos entrevistados são os próprios construtores do seu cotidiano e, dessa maneira, seus relatos expressam, em riqueza de detalhes, suas experiências vividas, suas perdas e conquistas.

Acerca desse método, Alberti (2004, p. 14) observa: “É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa e acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu”.

Ainda para Almeida (2006, p. 42):

Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que essas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, uma vez que as entrevistas permitem que as “pessoas comuns” contem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não -hegemônicas, verdadeiras “áreas inexploradas”.

Ao escutarmos e transcrevermos as falas obtidas por meio de entrevistas, resgatamos sentimentos e acontecimentos até então desprezados, bem como podemos constatar práticas como forma de resistência e lembranças de um passado de luta que vão ressurgindo, acompanhadas de gesticulações ora alegres, ora

tristes. Assim, utilizamos as fontes orais para entender como histórias de vida, cujo cerne se encontra na terra, são vivenciadas. Cabe ressaltar que não foram utilizadas todas as falas na escrita do trabalho; fizemos os recortes e seleções que consideramos pertinentes para delinear o foco da pesquisa.

Como a pesquisa abrange três assentamentos, optamos por analisar aproximadamente 10% do número total das famílias de cada assentamento. Dessa forma, no assentamento São Joaquim foram entrevistadas 6 famílias; no assentamento Anhumas, 7; na Pendengo, 20 famílias. Cada entrevista teve duração de 20 a 60 minutos.

Tabela 3: Relação de assentados entrevistados no Assentamento São Joaquim

Produtor	Numero de moradores	Produtos produzidos no lote
1- J D S	4	Leite, mandioca, quiabo, milho, galinha, porco.
2-M S S	4	Leite, porco
3- A R N	5	Melancia, Milho, Jiló, Pimenta, Quiabo, Leite.
4-E M S	3	Pimenta, leite, milho
5- O G	4	Pimenta, leite, maxixe, cheiro verde, galinha, pato porco.
6- S S	4	Leite, galinha

Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, 2013.

Tabela 4 : Relação de assentados entrevistados no Assentamento Anhumas

Produtor	Numero de moradores	Produtos produzidos no lote
1 A B	4	Milho, feijão, leite, galinha, porco.
2 J C R	1	Milho, feijão, mandioca, melancia, Urucum.
3 D B G	6	Leite, galinha, porco.
4 A G S	5	Leite, milho, mandioca, abóbora, caju, limão, banana.
5 A G F	5	Feijão, milho, maxixe, quiabo, leite.
6 V C S	3	Milho, feijão.
7 S R	2	Milho, leite, galinha

Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, 2013.

Tabela 5 : Relação de assentados entrevistados no Assentamento Pendengo.

Produtor	Numero de moradores	Produtos produzidos no lote
1- N P C L	2	Leite, galinha
2- J F	1	Leite, feijão, abóbora, batata doce, quiabo, milho
3- J B N	3	Leite, milho
4- L J P	3	Leite, mandioca, milho, legumes, frango,
5- V R S	4	Leite, vaca, galinha

6- L S C	6	-
7- M C S O	2	Porco, galinha, vaca
8- W R L S	2	Mandioca, porco, galinha, vaca.
9- I G C	2	-
10- M L	2	Abóbora, galinha
11-D V S	4	Leite
12- M J S	2	Galinha, vaca
13-R S F	3	Galinha, vaca
14-J R O	2	Mandioca, pimenta, pesca.
15-D P S	3	-
16- U V S	4	Leite, vaca
17-L V L	6	Porco, galinha.
18-V P	3	Leite,mandioca
19-I E C	2	Milho, banana, porco, galinha
20-E G P	2	Leite, pimenta

Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, 2013 e 2014.

Em análise aos produtos produzidos no lote percebemos que o milho e o leite se destaca, sendo os produtos mais citados pelos assentados, no caso do milho a autora Almeida em sua pesquisa já havia constado tal situação quando afirma “...uma vez que o milho, por exemplo, aparece como produto básico em qualquer casa no assentamento, onde é aproveitado como alimento pela família e também para o trato dos animais...” ALMEIDA (2006, p.306)

Segundo Candido (1982) citado por Almeida (2006, p.306) a plantação do milho ocorre pela suas diversas formas de aproveitamento:

Verde, come-se na espiga, assado ou cozido; em pamonhas; em mingaus; em bolos, puros (curau) ou confeccionados com outros ingredientes. Seco, come-se como pipoca, quirela e canjica; moido, fornece os dois tipos de fubá, grosso e mimoso, base de quase toda culinária de forno entre os caipiras, inclusive vários biscoitos, o bolão, bolinhos, broas, numa ubiqüidade só inferior à do trigo;

pilado, fornece a farinha e o beiju, não esquecendo o seu papel na alimentação dos animais.

O trabalho de campo e, portanto, as visitas com o intento de recolher informações proporcionaram uma melhor compreensão acerca do significado da terra para esses sujeitos. Em todas as entrevistas, foi utilizado um gravador, embora nas primeiras entrevistas tenhamos percebido certo desconforto da parte do entrevistado no momento em que era avisado de que a conversa seria gravada. O sujeito mudava a “feição”, e o sentimento de desconfiança passava a transparecer. Essa mudança repentina logo era acompanhada da seguinte pergunta: “Você não trabalha no INCRA não, né?”

Percebendo que as demais entrevistas poderiam tomar o mesmo rumo, decidimos mudar de tática. Então, antes de gravar a conversa, ou até mesmo de mencionar o gravador, iniciávamos uma conversa informal, apresentando-nos e, em seguida, explicando o nosso objetivo. Explicávamos que não tínhamos nenhuma ligação com o Incra ou o Itesp, sendo apenas pesquisadores curiosos para conhecer esse mundo. Somente após algum tempo de “prosa” a entrevista era iniciada. O gravador era deixado, muitas vezes, no chão, próximo ao entrevistado; outras vezes, no muro, mas nunca direcionado à boca, pois não se queria de forma alguma que o sujeito entrevistado deixasse de relatar algo com receio do aparelho.

A partir dessa tática, os relatos tornaram-se mais consistentes, pois não havia mais receio nas falas; o sentimento da desconfiança foi trocado pelas emoções dos momentos vividos, que, naquele momento, estavam sendo revividos na memória. Às vezes, as falas eram interrompidas por risos; em outros momentos, por um suspiro profundo; geralmente as palavras que seguiam a esse suspiro eram: “É...Mais fazê o quê, né?”. Suspiro silencioso e ao mesmo tempo gritante, pois, nesses momentos, mesmo sem nenhuma explicação acerca do pensamento vivenciado, era possível entender o que se havia passado. No momento da transcrição das falas para o papel, algo nos chamou a atenção. Ao ouvir as gravações, percebemos que, em quase todas as entrevistas, tivemos um fundo musical: o canto dos pássaros.

3.2 Identidades postas: Quem são os personagens envolvidos

Expulsos do campo, não integrados à cidade, resta-lhes a alternativa da volta à terra em busca de condições que lhes garantam a sobrevivência e lhes permitam um novo enraizamento. Vindo de diferentes trajetórias, tendo em comum a origem na terra ... (BORGES, 1997, p. 139).

Fazem parte desse grupo de sujeitos, ex-boias-frias, ex-arrendatários, ex-parceiros, ex-assalariados permanentes, ex-assalariados temporários, ex-sitiantes, entre outros, cujo traço comum é a ligação com a terra. Grande parte dos entrevistados relatou que ainda na infância teve contato com a terra.

Na reflexão de Borges (1997, p. 132), emergem traços identitários que revelam com clareza uma vida de peregrinação, não diferente do que se encontra nas falas analisadas nesta dissertação:

Há um traço comum que lhes confere uma identidade enquanto grupo – o nascimento na terra, o trabalho na terra, a peregrinação por outras terras, a expulsão da terra, a vida na cidade e a volta à terra, onde era o seu lugar. Violência? Talvez nem sentida, mas sempre presente, arrancando raízes, obrigando a andar mais, para frente, para trás, tentando arrancar a esperança de que um dia tudo vai mudar.

Borges (1997, p. 110-111) convida-nos a descobrir contornos desse perfil, sempre em construção:

Peregrinos, vagabundos, ciganos? Acampados. Vivendo o precário e o provisório. Peregrinos, sim, em final de peregrinação. Vagabundos, não, que só querem trabalhar. Ciganos também não, que como eles, só têm o acampamento, não a riqueza da cultura, dos rituais, da beleza das festas e das danças e da escolha de andar errante. Sua única escolha agora é ter esperança e lutar para conquistar a terra e novamente deitar raízes, re-enraizar.

A trajetória é algo comum em todas as falas; independente da unidade da federação em que nasceram, todos os entrevistados relataram a saída do campo, a peregrinação pela cidade e o retorno ao campo. A partir dos relatos, começamos a articular aspectos da identificação dos sujeitos: entendemos que tanto a partida como a chegada fazem que esse grupo apresente uma identidade própria.

Muitos entrevistados, mesmo sem se conhecerem, relataram trajetórias e sentimentos próximos, alinhando uma identidade que se define pelo conjunto de valores relacionados à terra e à família; se, para muitos, a terra é vista como

mercadoria, para esse grupo de assentados a terra significa vida. Para uma das entrevistadas, na cidade eles não conseguiram se adaptar: “*Ou voltávamos pro sítio ou meu marido ficava doente*”⁴. Neste caso, a ligação com a terra é tão forte, que chega a determinar a própria saúde.

Continuando sua fala, a entrevistada conta que seu esposo não conseguiu de forma alguma se adaptar trabalhando em fábricas, porque se sentia preso. O desejo de permanecer morando na terra era tão grande que justificava a opção por uma vida inteira de peregrinação: ao ser mandado embora de certo sítio, o casal poderia fixar-se na cidade, no entanto preferiu trabalhar em outro sítio, ou fazenda. A permanência na cidade se dava apenas até aparecer uma oportunidade de serviço e moradia no campo.

Na fala a seguir é possível identificar esta trajetória de peregrinação:

Nasci na cidade de Paraguaçu mas só nasci nesta cidade, porque fui criada no sítio o sítio chamava Musalém, meus pais trabalhavam neste sítio, mas o sitio não era deles meu pai tinha arrendado. Quando eu tinha 7 anos mudamos para o Paraná lá meu pai foi tomar conta de uma fazenda o nome desta fazenda não me lembro sei que o povo chamava fazenda do seu Perino que era o dona da fazenda, daí com 18 anos me casei e fomos para a cidade chamada Sertaneja ficamos poucos dias na cidade, aí mudamos de novo fomos para a fazenda Redenção.⁵ M. S. (S⁶ assentada no assentamento São Joaquim)

Quando indagamos o porquê da família não permanecer na cidade, a resposta foi a seguinte:

⁵ Entrevista coletada a partir do trabalho de campo realizado no dia 12-09-13.

⁶ Como forma de preservar a identidade dos entrevistados, utilizamos apenas as iniciais do nome.

Porque ele⁷ não acostumava na cidade, daí a primeira pessoa que chamo ele para trabalhar em uma fazenda ele topou, daí mudamos para essa fazenda Redenção, ficamos 1 ano nessa fazenda. Depois mudamos para a fazenda São Bento que fica em Promissão ficamos 2 anos lá. Depois a gente veio para a fazenda Abrigo aqui em Castilho, ficamos 6 anos nesta fazenda, depois ficamos 1 ano na Cafeeira aqui em Castilho também, depois disso nos mudamos pra Castilho mas ficamos pouco tempo até o Antonio arrumar serviço em outra fazenda chamada Pontal do Faia no Mato Grosso do Sul. Depois dessa nos mudados pra fazenda Santa Beatriz que fica do lado da fazenda que nós estávamos morando, depois disso nós fomos pra Curitiba ficamos 6 mês nesta cidade, mas o Antonio não gosta de cidade daí nos fomos pra fazenda Santa Rita que fica em Castilho nesta fazenda nos moramos 10 anos. Depois disso a gente morou no sítio do Seu Ailton mais o nome do sitio eu não sei nesse sitio nos ficamos 6 anos, depois disso nos fomos para a Timboré lá que era um acampamento nós ficamos 5 anos morando no barraco de lona e no fim não conseguimos pegar terra, daí mudamos pra cá, “Assentamento São Joaquim”, que na época era acampamento, e conseguimos pegar o lote.⁸

Em cerca de 10 minutos de entrevista, conseguimos desvendar 70 anos de peregrinação de terra em terra. Hoje, o casal, já com a idade avançada e com a terra ganha, nega-se a mudar para a cidade. Durante toda a entrevista, o esposo da entrevistada estava presente; mesmo que já não ande e quase não fale, ele se recusa a mudar para a cidade.

No atual sítio que pertence ao casal, encontramos várias plantações para a própria subsistência, além de vários tipos de criação (galinha, porco, cabrito e

⁷ Neste ponto, a entrevistada se refere ao marido.

⁸ ⁸ Todas as falas foram transcritas da mesma forma como foram colhidas; apenas se suprimiram alguns marcadores de oralidade, como “né”, entre outros.

vacas), o que demonstrou fartura. No exato momento da entrevista, encontramos a entrevistada preparando leitão e galinha caipira, ambos criados no próprio sítio.

Na imagem a seguir, o casal entrevistado:

Figura 16 – Moradores do Assentamento São Joaquim



Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, Outubro de 2012.

A respeito da trajetória desse casal e de outros tantos entrevistados, confirma-se a constatação de Borges (1997, p. 123-124):

Sempre trabalhando na roça, até que chega o momento em que não há mais roça. E sai para experimentar a vida na cidade. Mas só o tempo necessário – quanto tempo? Para preparar a volta à terra, de onde se sentiu expulso; tempo suficiente para perceber e sentir o quanto era difícil a vida na cidade...

Em meio a inúmeras entrevistas, vão surgindo traços ou características em comum. Mesmo que os sujeitos não se conheçam entre si, as histórias de vida vão se repetindo; são pessoas que sempre moraram no campo, mas nunca foram donos desses lugares, como mostra Borges (1997, p 112): “Nasceram na terra, mas nunca tiveram terra.”

Outra entrevista marcante é a de J. D. S, também assentado na São Joaquim, em cuja fala encontramos ora traços singulares, ora traços semelhantes aos que caracterizam a fala anterior. O senhor J. D.S não migrou tanto quanto a família da senhora M. S, no entanto o desejo de ter acesso a terra é permanente: Mesmo quando a única saída parecia ser morar na cidade, o senhor J. D. S não se afastou do campo; todos os dias ele fazia a trajetória cidade-campo para ir cortar cana como forma de sustento para a sua família, conforme seu relato:

Nasci na fazenda São Jorge em Castilho, éramos em nove irmãos morreu dois, hoje somos sete, desde pequeno sempre ia pra roça trabalhar com meu pai, as mulheres também tinham que ir, em casa só ficava mesmo a mãe com a mais nova, de tempo em tempo a gente tinha que mudar de fazenda, pois o fazendeiro dava as contas daí a gente ia pra outra fazenda. Com o tempo meus irmãos foram casando indo embora também casei e fui pra Castilho mas lá todo dia tinha que pegar o ônibus pra cortar cana, com o tempo tive duas filhas e comecei a ficar preocupado pois eu já tava ficando velho e sabia que não ia conseguir cortar mais cana, daí resolvi ir acampar, pois se eu conseguisse um pedacinho de terra ficava melhor, primeiro fui acampar sozinho deixei a mulher e as crianças na cidade, acampeei na Anhumas mas não deu certo depois fui pra Tremembé daí a mulher e as meninas veio morar no barraco também, e depois de um ano e pouco na estrada consegui a terra.⁹ (JDS Assentado da São Joaquim)

O percurso diário cidade/campo/cidade realizado pelo senhor JDS antes da terra ganha, também fora citado em outras entrevistas, tal situação ocorre com frequência na vida de muitos trabalhadores rurais, visto que muitos ao serem expulsos do campo, se recusam a trabalhar em fabricas na cidade, geralmente a resposta dada para justificar essa situação é a de que não aprenderam outro serviço a não ser o da roça, do campo.

⁹ Entrevista coletada em trabalho de campo realizado em dezembro 2013.

Ainda em análise a resposta do senhor JDS indagamos o paradeiro dos seus irmãos, questionamos onde estavam morando:

Meu pai já é falecido, minha mãe ta em Castilho, e meus irmãos ta cada um pra um lado.

Continuamos a indagação: Mas que lado é esse? Eles estão morando em outras cidades, ou também estão no campo?

Tem uma que cuida de uma fazenda com o marido ele cuida da fazenda e ela limpa a sede, a fazenda é em Castilho mesmo, mas logo eles vão ter que sair de lá pois o fazendeiro arrendou pra cana, mas já tem mais de vinte anos que eles estão lá, a outra pegou terra na Rio Paraná tem mais de vinte anos também, tem dois irmãos que é motorista de ônibus eles moram na cidade, tem a irmã mais nova que mora em Porto Primavera. Lá ela e o marido conseguiram comprar uma data perto da cidade então eles planta várias coisas a data é do tamanho de um quarteirão, e tem o mais novo que é guarda..

Em análise à fala, depreendemos que, dos sete irmãos vivos, quatro retornaram para o campo na fase adulta, como o senhor J. D. S nos relata. Inúmeras foram as “peregrinações” de cada irmão: nasceram no campo, saíram do campo rumo à cidade e, mesmo em face de tantos obstáculos, conseguiram retornar para o campo.

Não fazia parte da entrevista, no entanto, como o senhor J. D. S nos revelou a trajetória dos seus irmãos, indagamos também sobre a sua mãe. Queríamos saber se ela, assim como os seus filhos, ainda trazia marcas de um passado vivido no campo. Para nossa surpresa, a resposta foi a seguinte:

Minha mãe tá com 91 anos mora em Castilho ela já não anda mais, mas mesmo sem poder andar no quintal da casa dela não falta mandioca, banana, tinha até porco e galinha, mas o

pessoal lá os agentes comunitários andaram pegando no pé falando que na cidade não podia criar porco e nem galinha, daí ela teve que dá um fim no chiqueiro e no galinheiro, mas as bananeiras ainda tem bastante e mandioca também, todo filho ou neto que chega lá pra visitar ela, ela pede para eles ir plantar alguma coisa pra ela.

Em nosso entender, mais uma vez a história dos expulsos da terra se repete: é mais uma família, mãe, pai e filhos marcados pelo mesmo processo de expropriação/exploração, ou seja: “um sem terra, filho de outro sem terra” (BORGES, 1997, p . 123). A tradição, neste caso, é não ter a terra mas querer cultivá-la. No relato feito pelo senhor JDS a respeito de sua mãe, identificamos uma forma de resistência, pois, mesmo sem poder voltar ao campo, à terra, ela achou uma forma de reproduzir tudo aquilo que fora vivenciado no passado. Sua identificação com a terra e com as práticas a ela pertinentes conduziram-na a reproduzir, dentro da cidade, costumes do campo. A noção de “resistência”, inscrita no interior das relações de poder (pois “onde há poder, há resistência”), manifestasse, no caso, como uma contracondutas (criação de “outra” conduta) ou insubmissão, contestando as formas de exploração que separam o sujeito daquilo que produz ou quer produzir.

Como diz Almeida (2006,pg 290 “...a latência, da herança da terra a impulsionar vidas na busca de um pedacinho de chão. Esta herança conta também com o peso do sofrimento, da exclusão, da lembrança do pai que, impedido de voltar a terra, transmite ao filho o legado.”

Como mencionamos, a identidade dessas famílias vai-se construindo em meio a singularidades e semelhanças. Outra entrevistada foi a senhora ARN., também moradora do assentamento São Joaquim, cuja fala optamos por analisar pelo fato de apresentar um diferencial em relação às entrevistas citadas anteriormente. Embora sempre tenha trabalhado com a terra, ela, diferente dos demais entrevistados, inicialmente não morava no campo; Por outro lado, assim como os demais, também fez da terra seu ponto de referência.

Pelo fato de sempre ser procurada por estudantes interessados na temática da luta pela e na terra, a dona ARN resolveu fazer um texto contando passo a passo

a sua caminhada. Dessa forma, toda sua trajetória seria contada e recontada quantas vezes necessário fosse.

Meu nome é Anita, moro no assentamento São Joaquim, município de Castilho, bom, minha história de vida se chama: Sonho de mulher. Tudo começou quando precisei trabalhar de bóia fria para ajudar no sustento da minha família, fui apanhar algodão, capinar e acabei em um corte de cana na usina Benalco em Bento de Abreu. Lá trabalhei quatro safras, onde conheci uma freira que não me lembro seu nome, que falou a mim e aos outros que existia reforma agrária, era só a gente querer que seria possível, que a gente tinha o direito de ter um pedaço de chão, para não ter que vender seu dia a troco de esmola, trabalhar de baixo de sol e chuva e ganhar uma miséria. E ainda ficar longe dos meus filhos o dia todo, deixar minha casa de madrugada e só chegar à noite. Já tinha algum conhecimento de acampamento, mas não tinha idéia de como a luta era difícil.¹⁰

Mesmo sem nunca ter residido no campo anteriormente, a entrevistada demonstra ter construído todo o seu alicerce familiar baseado na terra, pois nunca trabalhou em outro lugar que não fosse no campo. Mesmo morando na cidade, todos os dias logo pela madrugada o destino se fazia o mesmo: roça de algodão ou canavial.

Essa situação permaneceu até o momento em que a senhora ARN resolveu acampar às margens da fazenda Anhumas Zumbi dos Palmares, incentivada pelo conselho de uma freira. Dessa forma, o percurso diário cidade-campo-cidade deixa de ser feito, pois, além de o trabalho diário continuar sendo no campo, sua vida agora, de uma vez por todas, está fincada no campo. O percurso usual ou costumeiro já não se faz mais necessário. Residindo no campo, a senhora ARN passa a trabalhar nas fazendas vizinhas, uma situação que perdurou até o momento

¹⁰ Texto coletado em trabalho de campo realizado no dia 28-11-13.

em que sua família resolveu mudar de acampamento, visto que se passaram muitos anos e a fazenda não havia sido desapropriada.

Diante da demora na desapropriação, a senhora ARN, juntamente com seu esposo e seus três filhos, resolveram acampar na reserva do assentamento Timboré, localizado entre os municípios de Andradina-SP e Castilho-SP. Nessa área, mesmo sem ter a posse da terra, eles plantavam e colhiam, já que estavam morando dentro da reserva, de modo que, durante os nove anos em que ficaram acampados na área, não foi preciso trabalhar em outras fazendas. A terra que o casal e os filhos cultivavam dentro da reserva era suficiente para suprir todas as necessidades alimentícias, além de que podiam vender o excedente, no entanto, apesar de estarem realizando seus sonhos, sobrevivendo da própria produção, faltava-lhes o principal. Faltava a segurança da terra própria e isso eles ainda não tinham. No ano de 2001, a família deixaria as margens da reserva da Timboré e se mudaria para o acampamento Tremembé, atual assentamento São Joaquim. Motivada pela esperança de enfim conseguir a tão sonhada terra, a família, após alguns meses acampada nessa área, conseguiu ser assentada.

No assentamento Pendengo encontramos o senhor JBN, nascido no estado do Ceará começou trabalhar na terra aos 7 anos de idade quando seu pai faleceu, desde então nunca mais largou da enxada. No início trabalhava para ajudar a sustentar os irmãos, já na fase adulta o trabalho na terra se fazia necessário para o sustento da mulher e dos 8 filhos. Hoje com 77 anos, ainda continua trabalhando na terra para sobreviver, na imagem a seguir é possível visualizar o JBN colhendo milho, em entrevista o mesmo nos relatou que estava colhendo o milho antes da época, pois se esperasse o ponto certo para colher iria ficar sem o milho visto que os papagaios já haviam comido grande parte da plantação, esta situação se agrava diante do cerco da plantação de cana em torno do assentamento.

Ao indagarmos se havia algo a se fazer para minimizar as perdas o senhor JBN nos respondeu:

Não tem jeito não, tem vizinho que solta fogos pra espantar né, mais eles some só na hora do barulho e logo volta.¹¹

¹¹ Entrevista coletada em trabalho de campo realizado em Janeiro 2014.

Figura 17 – Moradores do Assentamento Pendengo



Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, Janeiro 2014.

Por meio de inúmeras falas colhidas, transcritas e analisadas, percebemos que a identidade se constitui a partir de práticas tradicionais, pois todos os entrevistados em questão tiveram, no passado, uma relação com a terra, seja morando e trabalhando nela, seja apenas, em alguns casos, trabalhando. A partir dessas práticas vivenciadas no passado, o sujeito passa a escolher o seu presente já pensando no futuro, ancorado na esperança em que

[...] dentro das novas relações, por certo emergirá uma nova identidade: calcada ainda na ligação com a terra, mas definindo um novo homem, aquele que enfrentando o desafio se empenhará na tarefa de consolidar a liberdade conquistada, através da terra, na busca da autonomia tão sonhada Terra/ Trabalho/ Liberdade. É possível? Que falem os que chegaram. (BORGES, 1997, p 123-124)

Em suma, observamos que a ampla maioria dos sujeitos optou por se reproduzir na terra pelo fato de já terem tido experiências anteriores; logo, essas experiências se constituíram em identidades cujo cerne está enraizado na terra.

CAPITULO IV. AS FORMAS DE RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS SÃO JOAQUIM, ANHUMAS E PENDENGO

Com a intensificação das relações capitalistas, inúmeras foram as interpretações acerca do rumo do campesinato, no entanto, nesta pesquisa, alicerçamo-nos na visão de Kaustsky (1980). Em *A Questão Agrária* (1980), em que articula teorias quanto ao futuro do campesinato, o pesquisador orientou seus escritos para a defesa da tese segundo a qual haveria a tendência de desaparecimento dos camponeses. Nesse sentido, argumenta que estes ficariam reféns da industrialização da agricultura, visto que as grandes propriedades teriam uma maior desenvoltura em face da chegada do capitalismo ao campo.

Explica Kaustsky (1980, p. 89) que, diante dos efeitos desse processo (a entrada do capitalismo no campo), caberia aos camponeses “inserir-se no sistema capitalista”, fosse trabalhando como agricultor de um modo que toda sua produção atendesse a lógica da produção do mercado, fosse trabalhando como assalariado nas cidades.

Essas fontes de reprodução da força de trabalho vêm, segundo o autor, diminuindo cada vez mais nos espaços onde progride o grande estabelecimento: este desaloja o pequeno, expulsando os camponeses e aumentando suas terras. O autor também chama a atenção para outros entraves proporcionados pela lógica capitalista e que, igualmente, viriam a contribuir para a diminuição dos camponeses.

Para Kautsky (1980) os obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores, não se restringem apenas ao setor econômico, se faz necessário também analisar e entender a questão social que esta classe possui, isto porque a sua saída do campo para a cidade, a sua vontade de não continuar no campo é decorrente também da falta de políticas públicas que esta necessita para exercer seu papel de cidadão.

Submetido à ampliação do capital no campo, e sem atributos tecnológicos para participar desse processo, o camponês passa a ser excluído:

O agricultor não familiarizado com esses conhecimentos, o pratico o puro, assiste impotente e perplexo a todas essas inovações. E, contudo não pode persistir no método antigo, porque já se lhe é impossível o cultivo segundo os processos consagrados de pais e avós. (KAUSTSKY, 1980 p. 73)

No entanto, ao mesmo tempo em que atesta a diminuição, senão o desaparecimento dos pequenos produtores, a análise elaborada pelo pesquisador parece abrigar uma contradição, pois os dados por ele expressos não coincidem com a sua interpretação, como podemos observar no trecho a seguir:

Devemos colhê-los na estatística. Esta mostra que não se verificou o desaparecimento rápido da pequena propriedade agrícola diante da grande – desaparecimento que, a exemplo da Inglaterra, era esperado ou temido no continente, depois que a exploração capitalista em larga escala tomou, pelas alturas de 1850-1860, proporções consideráveis. Em certos lugares verificou-se mesmo uma tendência à multiplicidade das explorações exíguas pela superfície. (KAUTSKY, 1980, p.152).

É possível perceber que suas constatações acerca do futuro dos pequenos produtores estavam equivocadas, pois, diferentemente de sua análise, os dados comprovam o não desaparecimento dos pequenos produtores.

Aquilo que, na visão de Kaustsky, poderia ocasionar a diminuição do campesinato, se tornou uma estratégia de permanência na terra, a sujeição do camponês ao modo de produção da classe capitalista, tornando seus produtos em mercadorias, ou sua integração no sistema, ao mesmo tempo em que os expulsam por causa do avanço industrial que se dá no campo, criam e recriam formas de resistência camponesa diante dos ditames do sistema capitalista de produção.

Em meio a análises de escritos, teorias e discussões sobre o futuro dos pequenos camponeses, encontramos, no presente, os próprios personagens criando e recriando maneiras de permanecer na terra.

Inúmeras foram as mudanças ocorridas no cenário agrário brasileiro, porém a especulação financeira em torno da terra não mudou. A terra como bem finito continua sendo alvo da classe dominante, a qual, no passado, era representada pela coroa portuguesa, que não mediu esforços para afastar os pobres do acesso à terra. Como já analisado no início da pesquisa, “[...] Se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava [...]” (MARTINS, 2010, p.10). E, atualmente, os impasses impostos pela classe dominante permanecem, transvestidos de agronegócio, cuja lógica está no lucro e na renda.

Diante da territorialização do capitalismo no campo, surgem inúmeras formas de resistência pela permanência na terra, como ocorre nos assentamentos São Joaquim, Anhumas e Pendengo, em que inúmeras foram as formas de relutância para entrar e permanecer na terra.

Dentre essas formas, destacamos inicialmente a resistência para não sair da terra, ou melhor, a resistência para entrar e conseguir sua própria terra, a exemplo das ocupações realizadas por grupos ligados aos movimentos sociais. Importa mencionar que a volta daqueles que foram expulsos do campo é uma negação a ordem capitalista, e, na fala abaixo, é possível identificar o processo de resistência, pois, em meio a tantas expulsões do campo, a volta se concretizou:

Eu nasci no onze, um patrimônio perto de Pereira Barreto., Nasci e me criei na roça, até os 9 anos moramos em várias fazendas, quando completei 9 anos meu pai resolveu ir para a cidade Pereira Barreto, na cidade eu trabalhava de faxineira e cuidava de criança, meu pai trabalhava de boia fria. Aos 15 anos casei, continuei na cidade, mas todos os dias pegava o caminhão para quebrar milho. As vezes catava feijão tinha que dar o sangue, as vezes ia cortar cana, quando minha filha mais velha fez 18 anos nós fomos para Minas Gerais trabalhar tirando semente de braquiara, ficamos lá pouco tempo, logo voltamos para Andradina SP e fomos para o acampamento Timboré, ficamos 8 anos acampados, como não conseguimos terra lá, viemos pra cá, aqui na São Joaquim só ficamos um ano na beira da estrada, logo conseguimos a terra...

(EMS¹², Assentada da São Joaquim)

Como já visto nas falas anteriores, em muitos casos a resistência surge da identificação do sujeito com a terra. No assentamento Pendengo, encontramos a senhora JRO, descendente de japoneses, cujo avô se mudou para o Brasil no período da segunda Guerra Mundial. Quando criança e adolescente, JRO morou em fazenda com sua mãe, seu avô e irmãos, mas, após muitos anos de trabalho e

¹² Os entrevistados são representados apenas pelas iniciais do nome e sobrenome.

dedicação, foram mandados embora, passando a perambular por outras terras. Já na fase adulta e casada, resolve acampar na fazenda Pendengo, porém, após dois anos acampada à beira da estrada, desiste e migra para o Japão, com a esperança de conseguir, por meio do seu trabalho, dinheiro para comprar sua própria terra. Seis meses depois, recebe uma ligação dos familiares avisando-a de que possivelmente a fazenda iria ser desapropriada, e imediatamente retorna ao Brasil, voltando a acampar na beira da estrada, até que, no ano de 2004, ela e mais 199 famílias foram assentadas.

Acredito que lá no Japão iria ganhar dinheiro, tinha muito serviço e o salário era muito bom, mas sempre quis meu pedaço de chão, aqui sou feliz, vivo sossegada.

(JGR, Assentada na Pendengo¹³)

O que dizer destas e de outras tantas histórias de vida, cujas trajetórias foram marcadas por exploração e expulsão – e resistência. Resistência que tem feito que os pobres da terra não desistam de ter acesso a esse bem; resistência que se renova após a terra conquistada, pois, a partir desse momento tão sonhado, eis que surge uma nova luta: a luta para permanecer na terra.

No Assentamento Pendengo, entre muitos entrevistados, encontramos também o assentado LJP, cuja história de vida pouco difere das demais histórias relatadas. Assim como para os demais entrevistados, o sonho de um dia ter acesso à terra foi a motivação de sua família durante anos. Aos 44 anos, sempre trabalhou no campo, embora morasse na cidade; durante anos, realizou, de bicicleta, o percurso rumo à pequena propriedade onde ele trabalhava de retireiro¹⁴:

Trabalhei a vida toda na terra dos outros, agora tô cuidando da minha, tudo que eu aprendi estou fazendo aqui, aqui dá gosto de trabalhar pois é meu né¹⁵. (LJP Assentado da Pendengo).

¹³ Entrevista realizada durante saída de campo realizada em janeiro de 2014.

¹⁴ Nome que dá ao profissional encarregado de tirar leite do gado leiteiro.

¹⁵ Entrevista coletada durante saída de campo realizada em janeiro de 2014.

Após a entrevista, o senhor LJP mostrou-nos, todo orgulhoso, a ordenha mecânica que conseguiu comprar e também a silagem estocada para alimentar o gado na época da seca. (Figuras 18 e 19)

Figura 18: Ordenha Mecânica, Sítio N. Senhora de Fátima.



Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, janeiro 2014.

Figura 19. Silagem Estocada



Fonte: Yamamoto, janeiro 2014.

Relatou o entrevistado que, ao comprar a ordenha e investir na silagem, foi necessário abrir mão do acabamento de sua casa, pois parte do dinheiro recebido para construção da casa foi investido em instrumentos de trabalho.

Nas Figuras 20 e 21 é possível observar, à esquerda, a carroça, transporte utilizado para a entrega do leite; à direita, uma pequena horta. Entre as plantações existentes no lote, encontramos mandioca, milho e cana.

Figura 20: Transporte utilizado para entrega do leite



Fonte: Trabalho de Campo, Yamamoto, janeiro 2014

Figura 21: Hortaliças para sustento da família



Fonte: Trabalho de Campo, Yamamoto, janeiro 2014

Nas palavras de Borges (1997, p. 147), o desejo que os move a lutar pela terra ocorre justamente pelo passado de lutas pela permanência na terra:

A decisão de entrar na luta pela terra não é tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica. É fruto de todo um processo de expropriação/exploração perpassado pela alienação que oculta a eles a sua real condição de expropriados/explorados. No bojo desse processo, porém, está a resistência .

Todo o processo de expropriação vivenciado por essas famílias, ao invés de gerar frustração, tornou-se a mola propulsora para a decisão de participar de um acampamento.

4.1 Do assentamento para as feiras regionais

A produção de alimentos para venda nas feiras livres tem-se constituído em mais uma forma de resistência utilizada pelos assentados. Nos três assentamentos pesquisados, encontramos famílias que utilizam essas feiras como uma forma de aumentar sua renda com a venda de seus próprios produtos. No município de Castilho, a Feira da Reforma Agrária, como é conhecida popularmente, ocorre toda

quarta-feira, no entanto alguns assentados relataram participar não apenas da feira realizada no município, mas também das feiras realizadas nos municípios vizinhos, como Andradina-SP e Nova Independência - SP, visto que os dias das feiras não coincidem.

Além de atender as necessidades dos consumidores locais, com legumes, verduras e frutas frescas, essas feiras têm-se tornado uma excelente forma de aumento da renda familiar, pois a venda direta, do próprio assentado para o consumidor, evita o processo de desvalorização do produto. Esse processo ocorre quando se tem um atravessador entregando o produto aos estabelecimentos comerciais, como acontece com o leite: ao entregar para o laticínio, o assentado tem recebido, nos últimos meses, o valor de R\$1,00. Esse valor tem sido pago por diversos laticínios da região de Castilho, como nos relataram os assentados, no entanto o litro de leite entregue pelo assentado na cidade diretamente ao consumidor chega a R\$1,50. Em uma breve pesquisa em estabelecimentos comerciais, como supermercados, conveniências e padarias, observamos que o litro do leite mais barato é vendido a R\$2,00.

A respeito dessa situação – o próprio assentado vende o leite diretamente ao consumidor –, merece destaque a ponderação de Paulino (2003, p. 214):

Todos os trabalhadores parecem sair ganhando: os camponeses porque conseguem vender o leite até o triplo do que obteriam com a entrega nos laticínios; os consumidores, trabalhadores de baixa renda, que conseguem comprá-lo a um preço inferior ao daquele industrializado.

A informalidade na entrega do leite *in natura* para o consumidor tem-se tornado mais uma das inúmeras estratégias do assentado e de diversos pequenos produtores contra a exploração do capital, como mostra Bem (2008, p. 77): “Com a pressão exercida pela indústria do campo, os camponeses são levados a adotar estratégias para persistirem na terra de trabalho.”

Explica o autor que:

Nesta perspectiva, a informalidade da produção de leite dos produtores do campo (camponeses, latifundiários e capitalistas) representa a integração com a indústria (laticínio). Já a informalidade

refere-se à venda direta do produto in-natura aos consumidores. (BEM, 2008, p. 65).

Ainda para Bem (2008), a informalidade na produção e na venda de produtos do campo é uma estratégia de fuga da lógica de monopolização, pois, ao agir dessa forma, o pequeno produtor, seja ele assentado ou não, rompe as regras do capital na bovinocultura do leite. E isso ocorre como forma de defesa quando a exploração capitalista os empurra para expropriação. Desse modo, a entrega do leite *in natura* tem-se constituído em uma estratégia para fugir da exploração de laticínios.¹⁶

Paulino (2003) esclarece, todavia, que a integração não acarreta em si apenas malefícios para os produtores, pois, ao se integrarem, os produtores passam a ter um destino certo para os seus produtos, o que, de certa forma, gera certo conforto para quem produz. Por outro lado:

[...] na perspectiva das empresas que as processam, a integração é uma saída salutar para a elevação de lucro da atividade industrial, dado o poder que as mesmas têm em ditar os preços e controlar o fluxo e os padrões da produção primária. (PAULINO, 2003 p. 114)

Outra situação que ocasiona a desvalorização do produto ocorre quando o próprio produtor vende o seu produto para o estabelecimento, mesmo sem a intermediação do atravessador. O responsável pela compra, no estabelecimento, tende a baixar o máximo possível o valor do produto oferecido pelo produtor, pois o estabelecimento tende a lucrar com a revenda do produto. Sobre essa questão, explica Almeida (2010, p. 46) que: “Essa sujeição da renda se oculta na circulação da mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas através de alimentos a baixo custo”.

A respeito dessa situação, a senhora SALS, assentada no São Joaquim, relatou-nos que, ao vender o quilo do quiabo para o supermercado, recebia R\$0,40/kg, porém esse mesmo quiabo era vendido no supermercado por R\$0,80. Vendendo pessoalmente, sem atravessadores ou supermercados, conseguia até R\$ 1,00/kg, um valor que, segundo a entrevistada, ainda está baixo, se calculado todo o

¹⁶ Importa lembrar que a prática da venda informal do leite foi proibida em 1998, por meio da Portaria nº 56/ 98, que torna obrigatória a industrialização do leite antes da venda.

gasto com semente e preparação da terra, além do trabalho de plantar, cultivar, colher e vender de porta em porta. No período da colheita do quiabo, SALS vende diariamente de casa em casa com o seu carrinho de feira.

Constatamos, durante saída de campo realizada na Feira, que essa estratégia é utilizada não apenas pelos assentados dos três assentamentos pesquisados, mas também por integrantes de outros assentamentos da região.

Entre os produtos vendidos, encontramos jaca, mandioca, pimenta de diversas variedades, manga, tomate, melancia, alface, rúcula, almeirão, tomate, abóbora, bucha vegetal, além de uma variedade de produtos da indústria doméstica, como podemos visualizar na Figura 22.

Figura 22: Produtos vendidos pelos assentados na Feira da Reforma Agrária de Castilho- SP.



Fonte – Trabalho de campo. Yamamoto, dezembro 2013.

Na feira, encontramos outra estratégia de resistência: a produção de produtos caseiros à base de leite, a venda de produtos da indústria doméstica, como queijos, requeijão, doces, bolos, geleias, entre outros:

Figura 23: Produtos da indústria doméstica 1.



Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, dezembro 2013.

Para a produção de dez doces de 500 gramas, que é vendido por R\$ 10,00 cada, a senhora NMP, assentada na São Joaquim, disse gastar treze litros de leite; ou seja a partir da transformação do leite, juntamente com outros ingredientes, em doce a senhora NMP recebe com a venda R\$ 100,00. Caso esse leite fosse entregue ao laticínio o valor recebido seria R\$ 13,00. Já para a preparação de 2 pães de abóbora, a assentada MV utiliza 200 ml de leite e vende por R\$ 6,00 cada. Na barraca da senhora MF, assentada também no São Joaquim, encontramos queijo. Explica a entrevistada que, para a produção de oito queijos, são gastos cinquenta litros de leite sendo vendido por R\$ 12,00, cada. Dessa forma, ao produzirem doces, queijos, requeijão, entre outros produtos, os assentados passam a agregar valor ao leite.

Figura 24: Produtos da indústria doméstica 2.



Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, dezembro 2013

A Feira da Reforma Agrária iniciou-se, no município de Castilho, no ano de 2011, após inúmeras solicitações de assentados, visto que anteriormente não existia um espaço apropriado para a venda de produtos vindos de assentamentos e pequenas propriedades. A única feira existente até então no município era realizada aos domingos, formada por feirantes que, em muitos casos, não eram assentados. Diante das petições, a prefeitura Municipal de Castilho, juntamente com diversos órgãos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto de Terras do estado de São Paulo (Itesp), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (Coapar) e o MST, contribuiu para a realização da feira.

Na figura a seguir, é possível visualizar o modelo de barraca cedida pelo Itesp para a realização das vendas:

Figura 25: Modelo de barraca cedida pelo Itesp**Figura 26:** Frutas a serem comercializadas

Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, dezembro de 2013 Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, 2013

No ano de 2013, a prefeitura solicitou aos assentados e aos demais participantes da feira que não utilizassem mais o espaço que anteriormente havia sido cedido pela própria prefeitura, a praça pública da matriz, pois os feirantes estavam causando danos à estrutura da praça com a circulação de veículos para desembarque dos produtos. A atual administração alega que essa circulação estaria pondo em risco a pavimentação e outros detalhes da praça. Diante desse fato, os feirantes viram-se sem espaço para realizar suas vendas, porém, após algumas semanas sem a realização da feira, a prefeitura resolveu ceder espaço na rua paralela à praça da matriz. Assim, as feiras voltaram a acontecer normamente, embora sejam recorrentes as reclamações dos feirantes e consumidores do local. Alegam que o “novo” local cedido pela prefeitura tem gerado grande desconforto tanto para os feirantes como para os compradores, visto que não existe nenhuma proteção contra o sol (os feirantes iniciam a montagem das barracas por volta das 15h, sofrendo com o calor excessivo).

Cabe ressaltar que a feira foi criada para assentados e pequenos produtores cuja forma de cultivo estivesse associada à agricultura familiar, atualmente, participam da feira assentados e agricultores familiares de toda a região.

A participação de feirantes comuns que não se enquadram no perfil de assentado e pequenos sítiantes que fazem parte da agricultura familiar é mínima: geralmente os produtos vendidos por estes são pastéis, espetos de carnes e brinquedos.

4.2 Histórico e avaliação do PAA em âmbito nacional

Neste item, analisamos de que forma a inclusão do município de Castilho nos projetos Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/ PNAE tem beneficiado os assentados. Para tanto, entendemos ser relevante principiar pelo histórico desses programas.

Criados pelo governo federal, ambos os projetos têm como base central o combate à fome. Além do intuito de sanar a fome de famílias em situação de insegurança alimentar por meio de doações, os projetos também beneficiam inúmeros assentados. Importa mencionar que grande parte dos alimentos doados à população é proveniente de assentamentos do município.

Iniciamos nossa análise PAA, que foi instituído por meio da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, recentemente alterada pela lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, como forma de facilitar a execução do programa. Dentre as alterações, a que mais se destaca é a forma de repasse da verba aos produtores, pois, com a alteração, o produtor poderá receber por cartão bancário; anteriormente a essa lei, o produtor recebia por meio das associações/cooperativas.

O PAA é coordenado por um grupo gestor, formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com o apoio de outros ministérios, como Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura Pecuária Abastecimento (MAPA) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esta é responsável por estipular o preço vigente dos alimentos entregues e repassar o dinheiro às cooperativas/associações, que, por sua vez, são responsáveis pelo repasse aos produtores.

O programa é dividido em cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea/CDS (propõe-se abastecer entidades da rede socioassistencial local);

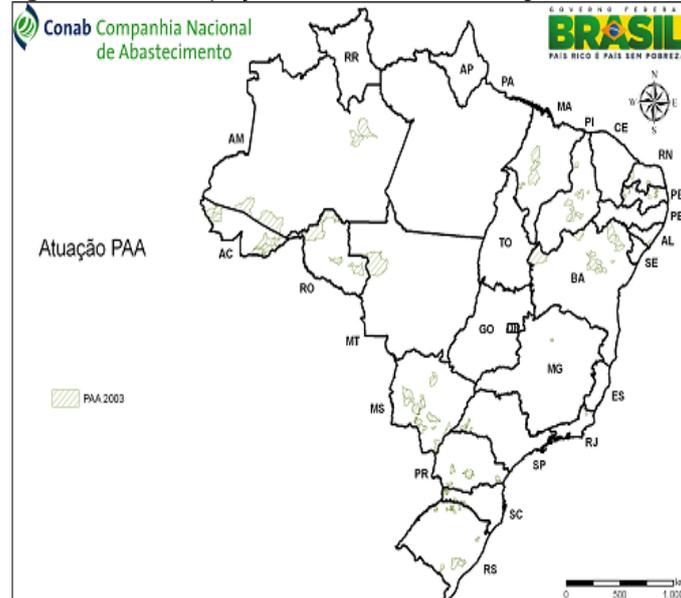
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (visa incentivar o aumento da ingestão de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar); Apoio à Formação de Estoques - CPR (propicia a formação de estoques de produtos para posterior comercialização); Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF (responsável pela aquisição dos produtos da agricultura familiar quando os preços do mercado estão em baixa); Compra Institucional (instituída no programa em julho de 2012, tal modalidade prevê o abastecimento de locais que oferecem refeições diárias, como hospitais, presídios, academias de polícia, restaurantes universitários, entre outras instituições federais, estaduais e municipais).

Segundo a Conab¹⁷, o foco do programa é atrair agricultores familiares os quais se enquadrem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Além dos assentados, podem participar trabalhadores rurais sem-terra acampados, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, famílias atingidas por barragens e produtores rurais em condições especiais. Ainda segundo a Conab, o PAA tem como objetivo assegurar a estabilidade financeira do produtor rural, garantindo um complemento em sua renda por meio da compra dos produtos, o que conseqüentemente ocasiona a permanência da família no campo, visto que, com a inserção no programa, o assentado passa a ter melhores condições de vida. Os demais objetivos são: combater a fome por meio das doações de alimentos para famílias necessitadas, creches, escolas, restaurantes populares, entidades beneficentes e cozinhas comunitárias. O programa também ajuda a valorizar a cultura alimentar regional, pois, ao comprar produtos de uma determinada região, o governo passa a valorizar as comidas típicas de cada região. Além de beneficiar milhares de pessoas, o programa também tem como objetivo preservar o meio ambiente por meio de estímulos para que todo o manejo da produção dos alimentos seja executado de forma sustentável.

Nas figuras 27 e 28, é possível verificar a ampliação do programa em todo o território nacional entre 2003 e 2011:

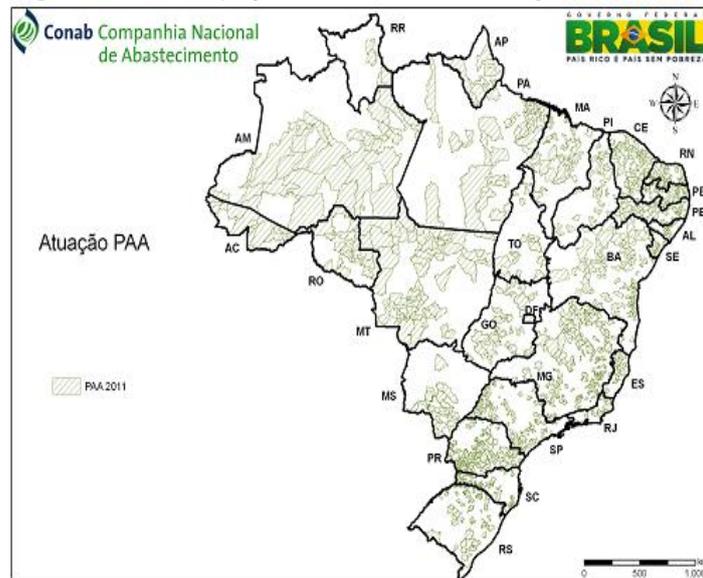
¹⁷ Disponível em < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>>. Acesso em 5 de março 2014.

Figura 27: Participação dos estados no Programa PAA/2003.



Fonte: Suing/Geote¹⁸

Figura 28: Participação dos estados no Programa PAA/2011



Fonte: Suing/Geote¹⁹

Em um breve comparativo entre as figuras, observamos o crescimento da participação dos estados no programa. Na figura 27, a qual representa o ano de 2003, notamos que, nas cinco regiões, quase não houve adesão ao PAA; na figura 28, pertinente ao ano de 2011, todos os estados estão sinalizados como participantes, a maioria com grande número de municípios integrados ao programa.

¹⁸ Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1406&t=2>. Acesso em 4 de março 2014.

¹⁹ Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1406&t=2>. Acesso em 4 de março 2014.

Na tabela a seguir, é possível observar o crescimento da quantidade dos alimentos entregues, destacando que esse aumento só foi possível graças ao avanço da participação dos municípios brasileiros.

Tabela 6: Evolução do quantitativo de alimentos entregues ao PAA.

PRODUTO	2009/kg	2010/kg	2011/kg	2012/kg	Total/kg
Couve	722.628	1.371.075	1.818.985	2.468.008	6.380.696
Goiaba	363.163	591.944	1.136.343	741.886	2.833.336
Mamão	1.150.343	2.770.447	4.235.403	3.458.224	11.614.417
Melancia	1.648.970	5.095.120	7.597.745	8.593.796	22.935.631
Pimentão	873.955	1.425.456	2.316.873	1.883.840	6.500.124
Quiabo	1.134.704	1.645.634	2.435.126	2.526.955	7.742.419
Repolho	1.705.682	2.819.493	3.687.702	3.699.657	11.912.534
Rúcula	332.466	290.394	593.094	967.455	2.183.409
Tomate	1.552.637	2.683.517	4.216.291	3.932.007	12.384.452

Fonte: Supaf/Gecaf²⁰ Org: Yamamoto

Analisados os dados da tabela, podemos observar um crescimento significativo, evidenciando o progresso do PAA. Em face desse aumento, podemos dizer que, junto ao desenvolvimento do Programa, houve também desenvolvimento para as famílias assentadas, já que grande parte dessa evolução tem sua origem em assentamentos.

Em julho de 2014, o Programa completou 11 anos de operação, e, segundo dados da Conab, nesse período foram investidos no programa mais de 2 bilhões de reais, como mostra a tabela a seguir:

²⁰ Disponível em

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_01_27_09_58_29_produtos_2009_2013.pdf acesso em 5 de março 2014.

Tabela 7. Evolução dos Recursos Aplicados no programa PAA entre 2003 e 2011.

ANO	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	12.238.974	31.672.40	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.224.101	102.838.205	15.550.480	78.842.348	152.926.807	363.381.941
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	153.226.887	37.722.673	131.776.716	220.557.912	586.567.131
TOTAL	159.742.876	832.136.912	220.227.218	579.903.985	992.178.243	2.784.189.233

Fonte: CONAB/GECAP²¹

Os recursos orçamentários e financeiros destinados à execução do PAA são provenientes do MDA.

4.3 Análise do Programa PAA e suas implicações para o município de Castilho SP

No município de Castilho, segundo a Conab²², foram repassados, por meio de contratos firmados entre a Conab e as associações, cerca de R\$471.420,00. Toda esta verba foi repassada a cinco associações: Associação dos Agricultores do Projeto Jupia (constam duas associações com o mesmo nome), Associação da Agricultura Familiar, Associação dos Produtores da Agricultura Familiar União no

²¹ Disponível em

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf#page=3&zoom=auto,0,835 Acesso em 16 de abril 2014.

²² Disponível em

<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>. Acesso em 16 de abril 2014.

Assentamento Nossa Senhora Aparecida II e Associação dos Trabalhadores 1º de Maio.

A modalidade em que o município participa é a doação simultânea: o assentado entrega o seu produto à associação ou cooperativa e estas ficam encarregadas de levar o produto até a cidade, onde será entregue à população carente inscrita no fundo social de solidariedade. Por meio desse projeto, muitos assentados têm aumentado sua renda, pois, uma vez inseridos no projeto, os alimentos que antes não tinham destino certo passam a ter.

O valor pago pelo produto entregue é estipulado pela CONAB, sempre com base na realidade de cada região. Segundo os assentados, esse critério é bom, visto que o produto não poderá ser desvalorizado mesmo na época da safra, quando ocorre a entrega de um mesmo produto em grande escala, como relata a assentada do São Joaquim SALS:

É bom porque na época em que todo mundo tá entregando quiabo os mercados costuma pagar uma mixaria, pois como tá na época todo mundo passa vendendo então eles aproveitam mesmo e não paga quase nada pra gente, agora entregando para a associação a gente já sabe que é aquele preço e não vai baixar.

Na região de Castilho-SP, juntamente com Andradina-SP, estima-se que existam aproximadamente 40 associações/cooperativas trabalhando com os projetos PAA e PNAE. Dentre essas cooperativas, a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo - Coapar desponta com maior abrangência, tanto no recolhimento dos alimentos, quanto na distribuição. Estima-se que o número de beneficiários consumidores ultrapasse 17 mil. A Coapar atua nos assentamentos dos municípios de Andradina, cidade na qual a sede da cooperativa está instalada (Fig. 26), Castilho, Murutinga do Sul, Mirandópolis, Itapura, Ilha Solteira, Nova Independência, Birigui e Araçatuba.

Criada em dezembro de 2000, à época com apenas 24 famílias, sua formação ocorreu por meio de incentivos e orientações do MST, que acreditava que a criação de cooperativas viria auxiliar os assentados a comercializar e até industrializar seus

produtos. O fato propulsor à criação da Coapar e outras cooperativas foi a criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab.

Figura 29. Sede da Coapar em Andradina-SP.



Fonte: Trabalho de campo, março. 2014.

O objetivo da Coapar é incentivar, por meio da comercialização, o desenvolvimento da produção dos pequenos produtores, que, antes da implantação dos projetos, estavam desesperançosos. Sua função é sanar as exigências burocráticas do Programa, além de se responsabilizar pela busca, armazenamento e entrega aos órgãos que realizam a distribuição.

Em entrevista, Valdecir Pereira de Aquino, secretário geral da Coapar, diz que a participação dos assentados no programa tem aumentado gradativamente, o que, em sua visão, tem gerado ganho para a população carente da cidade, visto que, quanto mais os assentados ingressam no programa, entregando os seus produtos, mais aumenta a qualidade de vida das pessoas que recebem os alimentos na cidade. Segundo o secretário, os alimentos entregues são bem diversificados, além de apresentarem alto teor nutritivo, de forma que, além de saciarem a fome de muitos, os alimentos contribuem para uma vida saudável.

No ano de 2013, além da população carente, alguns órgãos ou instituições foram beneficiados com a doação dos produtos recolhidos pela Coapar: Hospital José Fortuna, Asilo Betel, Entidade Creche Turma do Lume, Associação Hebert de Souza, Paróquia São José. No ano de 2014, implementou-se uma normativa ao

programa: a entrega dos alimentos à população passou a ser de inteira responsabilidade da prefeitura local de cada município.

O secretário listou diversos pontos positivos do programa e, em sua avaliação, até o comércio local dos municípios participantes do PAA ganham, pois, uma vez que a dona de casa não tem que comprar abobrinha ou tomate, entre outros alimentos, sobrar dinheiro para ela comprar o caderno para o filho, entre outras coisas. Em sua concepção, as instituições sociais também são contempladas, pois, graças a doações de alimentos, inúmeras instituições sociais voltaram a funcionar. Já no caso do assentado, as vantagens são: a utilização da mão de obra da mulher e dos filhos no cultivo dos produtos, a compra e o pagamento garantidos. A desobrigatoriedade da quantidade a ser entregue também se evidencia como um ponto positivo: como o assentado não é obrigado a entregar semanalmente certa quantidade e um certo produto, isto faz que não se sinta pressionado. Dessa forma, em sua avaliação, seja na cidade ou no campo, direta ou indiretamente, todos saem ganhando.

Ao perguntarmos sobre os pontos negativos, o secretário aponta a burocracia e o limite a ser comercializado. Em 2014, o limite a ser recebido pelo assentado no decorrer do ano não poderá ultrapassar R\$6,500. Esse valor se referencia apenas a modalidade doação simultânea, essa norma do programa dificulta a entrega de muitos produtos. Em um único mês, um assentado entregou o valor máximo dos R\$6,500 em melancia; neste caso esse produtor não mais poderá entregar durante todo o ano, pois já atingiu o limite.

Tabela 8. Produtos adquiridos pela Coapar por meio do projeto PAA 2012/2013

Produtos	Quantidade em Kg
Abóbora seca	27.105
Mandioca com casca	47.060
Melancia	9.314
Vagem feijão corado	3.640
Bebida Láctea	274.962
Banana nanica	611.00
Coco verde	3.360
Manga haden	3.190
Jiló redondo	925

Fonte: COAPAR, Org, Yamamoto, F. A 2014.

No assentamento São Joaquim, a produtora ARN relatou que tem comercializado parte de suas hortaliças e legumes (Figuras 30 e 31) via programa PAA; o restante de sua produção é entregue em supermercados da região. Ela nos explicou que, pelo fato de sua produção exceder o valor máximo a ser recebido pelo PAA, não pode entregar toda sua produção ao Programa.

Figura 30. Hortaliças e jiló a serem entregues ao PAA.



Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, janeiro 2014.

Figura 31. Plantação de quiabo e mandioca.



Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, janeiro 2014.

A tabela a seguir mostra os preços pagos pela Conab aos produtores no município de Castilho e região; os valores deverão permanecer inalterados ao longo de 2014.

Tabela 9. Produtos e preços fixados pela Conab ao PAA.

PRODUTO	PREÇO PRODUTO CONVENCIONAL	PREÇO PRODUTO ORGÂNICO
Abóbora Moranga	R\$ 0,90- Kg	R\$ 1,17- Kg
Banana Nanica	R\$ 1,15 – Kg	R\$ 1,50 - Kg
Cenoura	R\$ 1,80 – Kg	R\$ 2,34 - Kg
Laranja Pêra	R\$ 0,95 – Kg	R\$ 1,24 -Kg
Melancia	R\$ 1,20 – Kg	R\$ 1,56 - Kg
Milho Verde Espiga Palha	R\$ 0,65 – Kg	R\$ 0,85- Kg
Raiz Mandioca com Casca	R\$ 0,90 – Kg	R\$ 1,17-Kg
Pimentão Verde	R\$ 2,00 – Kg	R\$ 2,60 -Kg
Repolho	R\$ 0,80 – Kg	R\$ 1,04 - Kg
Salsa	R\$ 3,15- Kg	R\$ 4,10 - Kg
Tangerina Comum	R\$ 1,95- Kg	R\$ 2,54 - Kg

Fonte: CONAB, org Yamamoto, 2014.

Cabe ressaltar que os produtos entregues pelos assentados não se restringem apenas aos citados acima. Em tabela fornecida pela Coapar, encontramos 241 produtos, sendo, frutas, legumes, hortaliças, doces, geleias, bebida láctea, leite, carne bovina, carne suína, peixe, frango, queijo e bolacha vitaminada. No entanto observamos que, do total de produtos estabelecidos pela Conab, são recolhidos nos assentamentos apenas hortaliças, legumes, frutas e leite. No caso do leite, a Coapar coleta e terceiriza a fabricação para a produção de bebida láctea, mas essa situação poderá mudar porque a cooperativa, por meio de um projeto do Incra, chamado Terra Forte, solicitou verba para construção de um laticínio. Com essa medida, a pretensão é que os custos com a terceirização sejam eliminados e que se venha a processar cerca de 100 mil litros por dia.

Em relação aos tipos de carnes, fomos informados de que não é possível entregá-la pela ausência de abatedouros na região.

Em análise a outra associação também participante do PAA, conversamos com o responsável João Candido, secretário administrativo da Fave, Associação da Agricultura Familiar. Assim como a Coapar, a Fave também realiza todo o processo de recolhimento dos produtos nos assentamentos. Em entrevista, Candido relatou que, além da cota estabelecida pela Conab (R\$ 6,500), há também algumas taxas cobradas pelas associações responsáveis pelo recolhimento e distribuição dos alimentos. Essas taxas são referentes a serviços administrativos e, dessa forma, o produtor não chega a receber R\$6,500 por ano, o que, em sua opinião, é um dos pontos negativos do projeto. Outro aspecto negativo é, em sua opinião, a falta de informação, pois muitos assentados ainda desconhecem esse programa.

Nas figuras 32 a 35, é possível visualizar o espaço para entrega dos alimentos vindos dos assentamentos e pequenas propriedades, bem como equipamentos e cenas do próprio processo de doação. No município de Castilho, as doações ocorrem toda quinta-feira, das 9h às 11h.

Figura 32: Galpão cedido pela prefeitura



Figura 33: Câmara fria doada pela prefeitura para armazenamento dos alimentos



Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, jan 2014

Fonte: Trabalho de campo. Yamamoto, jan 2014

Figura34 - População a espera das doações. Figura 35 - Produtos a serem doados



Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, jan 2014. Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, jan 2014

Em entrevista, a assistente social da prefeitura de Castilho Iraci Oliveira relatou que, no ano de 2013, aproximadamente 300 famílias foram beneficiadas mensalmente com as doações advindas do programa PAA; no ano de 2014, até o momento, 294 famílias já foram cadastradas para receber os alimentos, número esse que poderá aumentar no decorrer do ano. A assistente social chama atenção para o fato de que, em média, em cada casa residem quatro pessoas, de modo que aproximadamente 1200 pessoas são beneficiadas pelo programa PAA. O principal requisito para a realização do cadastro é comprovar a renda baixa, de um a dois salários mínimos. Muitas dessas famílias beneficiadas pelo programa já participam de outros programas do governo, como bolsa família e renda cidadã.

Em relato, a assistente nos revelou que muitas dessas famílias recebiam cestas básica da prefeitura, no entanto a cesta não continha frutas, legumes, hortaliças, entre outros alimentos que são entregues por meio do PAA.

4.4 Avaliação do Programa PNAE no município de Castilho-SP

A primeira “versão” do PNAE foi criado sob supervisão do Ministério da Saúde no ano de 1954; no ano seguinte, o programa passaria a ser coordenado pelo Ministério da Educação, conhecido como merenda escolar. A Lei Federal 11.947/2009, a qual rege o programa atualmente, prevê atender as necessidades nutricionais de alunos matriculados na rede pública e em instituições filantrópicas. Por meio da alimentação oferecida nas escolas, pretende-se aumentar a aprendizagem de forma a melhorar o rendimento dos alunos em sala de aula. Os recursos financeiros para a aquisição de alimentos originam-se do repasse de verba do Tesouro Nacional ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, órgão vinculado ao Ministério da Educação do governo, que, por sua vez, repassa ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios.

A fiscalização, assim como o acompanhamento, coordenação e prestação de contas são também realizados pelo FNDE ²³.

Segundo dados estatísticos do FNDE, no ano de 2010 a verba destinada ao programa foi de 3.034 milhões e o número de estudantes beneficiados, de 45,6 milhões; no ano de 2011, o valor repassado chegou a 3.051 milhões, atendendo a um total de 44,4 milhões de estudantes; no ano de 2012, o valor destinado ao programa foi de 3.306 milhões, atendendo a 43,1 milhões de alunos ²⁴.

No município de Castilho, segundo o FNDE, no ano de 2013 o número total de escolas atendidas pelo programa foram 12, sendo 2 estaduais e 10 municipais; o número total de alunos beneficiados chegou a 3.997²⁵, como mostra a tabela a seguir:

²³ Informações coletadas e disponíveis em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>, acessado em 13 jan. 2014.

²⁴ Informações disponíveis em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-dados-estatisticos>, acessado em 13 jan. 2014.

²⁵ Informações coletadas e disponíveis em: [://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do](http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do), acessado em 14 jan. 2014.

Tabela 10. Quantidade de alunos beneficiados pelo PNAE no ano de 2013 no município de Castilho.

Creche	Pré-escolar	Fundamental	Médio	Fundamental EJA	Médio EJA	AEE	Total de alunos
360	514	2290	712	57	50	14	3997

Fonte: FNDE²⁶, org.: Yamamoto, 2014.

A aquisição dos alimentos fica ao encargo dos estados e municípios; do valor total destinado à merenda escolar, 30% deverão ser gastos com produtos provenientes da agricultura familiar e, dessa forma, os assentados tendem a ser beneficiados, pois, diferente da lógica do mercado capitalista, que visa apenas ao lucro para si próprio, o PNAE paga aos produtores familiares um preço compatível ao dos produtos entregues sem exploração.

Na tabela 11 é possível visualizar os valores pagos aos produtores participantes do programa PNAE; em comparação com a tabela 9, é possível observar uma pequena diferença nos valores pagos pelo PAA.

²⁶ Informações coletadas e disponíveis em: [://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do](http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do), acessado em 14 jan. 2014

Tabela 11. Produtos e Preços fixados pela CONAB ao programa PNAE.

PRODUTO	PREÇO PRODUTO CONVENCIONAL	PREÇO PRODUTO ORGANICO
Abóbora Moranga	R\$ 0,92 - kg	R\$ 1,20 – Kg
Banana Nanica	R\$ 1,18 - Kg	R\$ 1,53 – Kg
Cenoura	R\$ 1,84 - Kg	R\$ 2,39 – Kg
Laranja Pêra	R\$ 0,97 - Kg	R\$ 1,26 – Kg
Melancia	R\$ 1,23 - Kg	R\$ 1,60 – Kg
Milho Verde Espiga Palha	R\$ 0,66 - Kg	R\$ 0,86 – Kg
Raiz Mandioca com Casca	R\$ 0,92 - Kg	R\$ 1,20 – Kg
Pimentão Verde	R\$ 2,05 - Kg	R\$ 2,66 – Kg
Repolho	R\$ 0,82 - Kg	R\$ 1,06 – Kg
Salsa	R\$ 3,22 - Kg	R\$ 4,19 - Kg
Tangerina Comum	R\$ 1,99 - Kg	R\$ 2,59 - Kg

Fonte: CONAB, org Yamamoto, 2014.

A Coapar, assim como no PAA, também atua no recolhimento e entrega dos alimentos para o PNAE. O principal produto entregue pela cooperativa é a bebida láctea nos sabores de coco, morango, salada de frutas, ameixa, banana, milho verde, baunilha e achocolatado; as embalagens são de 200 ml e de 1 litro. Atualmente, a cooperativa recebe, por dia, 30 mil litros de leite para ser processado e transformado em bebida láctea, que é distribuída para os municípios de Bauru, Santo André, Santos, Osasco, Campinas, Três Lagoas e Andradina.

Em entrevista, o secretário geral (Aquino) manifestou a intenção de ampliar a entrega da bebida láctea para outros municípios, pois, segundo ele, com a ampliação todos saem ganhando. Dentre os municípios que fecharam contrato com a cooperativa Coapar, a prefeitura de Santo André-SP é que mais se destaca na compra de quantidade, conforme dados do Incra (2013²⁷):

Bebida láctea de uma cooperativa de assentados da região de Andradina vai passar a fazer parte da alimentação escolar do município de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. Serão 45 mil caixinhas longa vida de 200 ml entregues mensalmente, de acordo com contrato assinado em 7 de agosto

²⁷ Informações coletadas e disponível <http://www.incra.gov.br/contrato-garante-bebida-lactea-da-reforma-agraria-nas-escolas-de-santo-andre-sp> Acessado em 15 de Jan 2014

entre a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (Coapar) e a prefeitura através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)..

O contrato firmado entre a cooperativa e a prefeitura de Santo André estabeleceu a entrega de 540 mil caixinhas da bebida láctea para o ano de 2014, sendo o valor unitário de 0,99; o valor final a ser comercializado chegará a R\$ 486 mil. Uma das vantagens do contrato é a determinação da entrega da bebida láctea em um único local, o que facilita o processo.

Durante as entrevistas, identificamos, nas falas dos assentados, algumas reclamações a respeito dos programas PAA e PNAE, dentre as quais a mais citada foi em relação ao limite do contrato anual. Como os projetos estabelecem como regra o valor máximo que o produtor deve receber durante o ano, alguns produtores acabam perdendo parte de seus produtos se não conseguirem vender em outro lugar. Admitem, no entanto, que, apesar de algumas falhas, os programas têm contribuído de forma significativa, gerando renda garantida ao pequeno produtor. Se hoje a reclamação incide sobre a perda de uma parte da produção por não ter onde vender, outrora a reclamação consistia em perder toda a produção por não ter a garantia de venda, ou, em outros casos, quando se vendia os valores pagos eram irrisórios, não cobriam nem os gastos gerados.

Na avaliação de Lopes (2012, p. 16):

Observou-se que, por meio do PAA e do PNAE se estabelece a formação de um mercado específico, do qual propicia vantagens como a certeza de venda e de aquisição da produção a preços que buscam valorizar o trabalho camponês sem as oscilações verificadas normalmente no mercado comum. Assim, estes programas atuam de uma maneira que contrapõem a forma de atuar do mercado capitalista, cuja lógica busca, por meio de mecanismos de desvalorização da produção do campo, sujeitar a renda camponesa a interesses de capitalistas e intermediários em geral.

Nesse sentido, entendemos que os programas, além de contribuir para a permanência dos assentados no campo, têm concorrido para a diminuição da miserabilidade da população brasileira, graças ao incentivo dado às pequenas propriedades. Tanto o PAA como o PNAE têm demonstrado a importância e a eficiência dos pequenos produtores, dentre eles os assentados. Basta agora que o

Estado se volte aos anseios populares, viabilizando projetos que visem à soberania alimentar.

4.5 Trabalho acessório como estratégia para permanecer na terra

Várias são as estratégias que o assentado tem utilizado para permanecer no campo, dentre as quais encontramos o trabalho acessório. Essa estratégia tem sido foco de grande discussão: há quem defenda tal prática e há quem a condene, argumentando que descaracteriza a verdadeira essência do sujeito do campo. Nós preferimos acreditar que tal prática tem-se constituído mais uma tática para permanência no campo.

Em itens anteriores, analisamos a parceria entre os camponeses assentados e as cooperativas/associações nos projetos PAA e PNAE como uma estratégia válida, mas que não envolve a totalidade dos assentados, pois há aqueles que, por relações anteriores mal resolvidas, entre outros motivos, preferem não reatar vínculos com as cooperativas e associações. Outro fator que interfere na participação dos assentados em programas governamentais associados a cooperativas é a falta de informação, como se infere em relatos como o que segue:

Ah, já ouvi falar mesmo, mas é tanta papelada que tem que entregar...será que isso funciona? (EMS, Assentada da São Joaquim).

Em um dos três assentamentos pesquisados, constatamos a presença de assentados trabalhando de diarista .

Nos relatos de Kautsky o autor acusa o trabalho acessório como um dos processos que acarretaria a saída do homem do campo.

Tais momentos em que o camponês consegue uma ocupação acessória, são precisamente as ocasiões em que, na sua própria terra o seu trabalho aparece como de necessidade absoluta. Sendo forçado a ganhar dinheiro ele negligencia sua propriedade.
(KAUTSKY 1980, p.199)

No entanto verificamos que nos assentamentos observados as constatações de Kautsky não se concretizaram visto que o trabalho acessório geralmente é realizado em parte do ano. Geralmente, essa situação ocorre entre os meses de abril e setembro, época marcada pela seca, caracterizada pela diminuição de renda, visto que a maioria tem, na entrega do leite, sua única fonte de renda.

A seca desponta como um dos principais problemas nos assentamentos, sobretudo no que se refere à produção de leite, por isso o trabalho acessório neste período tende a minimizar os impactos causados pela diminuição da quantidade produzida de leite e conseqüentemente a diminuição da renda mensal.

Durante o período mencionado, as pastagens apresentam drástica redução de teores de proteínas, vitaminas e minerais, e a solução nesses meses é a complementação na alimentação do gado leiteiro com cana triturada, pois as rações prontas são caras, especialmente na época da seca, quando a procura aumenta. Como forma de prevenção, todos os anos é destinada uma pequena parte do sítio para o plantio de cana, no entanto é comum, em anos de seca prolongada, a morte dos animais.

Outra alternativa usada para tentar minimizar os impactos da seca é a plantação de milho e sorgo para silagem. Essas culturas são plantadas no período do verão, época chuvosa, e, após a colheita, é realizado o armazenamento, no entanto, para obter bons resultados ou ração de qualidade, é necessário preparar a terra, plantar, cultivar, colher e estocar. Cada etapa deste processo demanda recursos financeiros, de modo que o alto custo dessa técnica e a falta de máquinas especializadas não permitem que todos possam recorrer a essa alternativa.

Cabe destacar, para que todo esse processo de produção da ração seja viável é necessário que o gado leiteiro tenha uma produtividade acima de 10 litros/dia.

A escassez de alimentos para o gado leiteiro traz uma série de repercussões negativas. Além da drástica diminuição na produção de leite, como já mencionado, a longo prazo os efeitos da seca fazem que o gado leiteiro entre em um balanço energético negativo, o que provoca de imediato o emagrecimento e, nos anos seguintes, tende a interferir na capacidade de reprodução.

Outro complicador reside na falta de cisternas nos assentamentos pesquisados, uma vez que a agricultura e a criação de animais de grande porte demandam considerável consumo de água.

Os entrevistados relataram que têm em mente todos os procedimentos que poderiam ser adotados para melhorar a situação, porém faltam-lhes recursos e assistência técnica especializada na área.

Percebemos que, mesmo aqueles que se empregam como diaristas, continuam as atividades típicas do roçado, como o cultivo da mandioca, milho, pimenta, abóbora, entre outros alimentos para consumo próprio. Outra característica levantada é a utilização do salário vindo dos trabalhos realizados fora da propriedade para terminar as casas, visto que a liberação do dinheiro do governo para construção e finalização das moradias tem-se constituído em um processo lento. A construção de cercas e a compra de animais também têm sido o destino do salário vindo do trabalho acessório.

Na esteira de Santos (1978, p. 39), assim compreendemos o trabalho acessório:

Para o camponês é mais viável o trabalho acessório de diarista onde realizam tarefa por empreitada, em detrimento do trabalho permanente, pois neste tem obrigações e o distancia do que realmente gostam de fazer que é o trabalho com a família na sua terra. Por isso, não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica particularmente valiosa para os filhos que desde algum tempo migram para as cidades. O trabalho acessório significa para o camponês uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa se este não ocorresse.

Assim como Santos (1978), reconhecemos que o trabalho acessório, além de ser estratégia de sobrevivência, é prova da capacidade do camponês em “aproveitar” o tempo e a força de trabalho familiar, evitando que “o outro” o acuse de não trabalhador. Afinal, ainda que pareça inscrever-se em outra ordem, sua sobrevivência no campo depende de que ele também se renda a aspectos da ordem do capital, de que a sociedade urbana e o Estado não lhe permitem fugir.

4. 6 Terra: sinônimo de morada da vida.

Comparadas as culturas plantadas pelos latifundiários e pelos camponeses assentados, podemos avaliar o sentido da terra para cada um.

Pelo viés ou pelo foco dos capitalistas latifundiários, as culturas plantadas devem voltar-se predominantemente a exportações, como mostra o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

No início de 2010, um em quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo eram brasileiros. A projeção do Ministério da Agricultura é que, até 2030, um terço dos produtos comercializados sejam do Brasil, em função da crescente demanda dos países asiáticos²⁸. (MAPA, não paginado).

[...]

Nos últimos anos, o Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos e fibras. A crescente participação do País no mercado internacional é resultado da combinação de fatores como clima propício, investimento em tecnologia, extensão territorial cultivável e qualidade dos produtos. O Brasil exporta para mais de 180 países, tendo como principais compradores a China, União Europeia e Estados Unidos, além dos países do Mercosul.²⁹ (MAPA, não paginado)

A preocupação dos latifundiários e das políticas governamentais, na sua maior parte, está voltada em plantar para exportar, independente de como esteja a situação da composição de alimentos na mesa dos brasileiros, a terra para esses significa geração de lucro e conseqüentemente acumulação de capital, para tanto os detentores das grandes propriedades continuam explorando a natureza e as pessoas.

Em contraposição às grandes extensões de terra com um único tipo de cultura cujo destino certo é o exterior, encontramos, no entanto, diversidades de alimentos plantados em pequenas áreas, como no caso dos assentamentos que fazem parte da pesquisa.

²⁸ Citação retirada <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao>

²⁹ Citação retirada <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao/alimentos>

Entende Almeida (2006, p. 295) que:

Espremidos em assentamentos que se constroem na contramão da política sacramentada de concentração de terra e renda no país e desassistidos pelo Estado, que ora apresenta projetos mirabolantes de viabilidade econômica, e ora nega-lhes o poço para beber água, eles caminham forjando resistências para na terra ficar, defendendo-se a partir da identificação com seus iguais e fazendo aquilo que sabem fazer: produzir.

Nas entrevistas observamos que a terra é vista para além de questões financeiras como observamos na fala do senhor AGF, ao perguntarmos o significado da terra, ele nos respondeu:

A terra é tudo na vida, a gente morre e a terra fica, se a pessoa não tiver preguiça tudo que você planta colhe né, sustentei todos meus moleques só trabalhando na roça.

Desta forma percebemos que a terra tem um significado de sustentar

Entendemos que a sobrevivência dos povos do campo e a reprodução das suas relações de trabalho com a terra são, portanto, condição essencial para a manutenção da existência da nossa biodiversidade, tendo em vista que esses povos possuem uma relação com a natureza de respeito e preservação. Pois a vêem como parte inerente de sua sobrevivência e, ao contrário da burguesia, não enxergam a natureza como fonte de exploração para o lucro. (CAMACHO, 2006, p. 76.)

Na figura a seguir é possível ver o senhor AGF em meio ao seu mandiocal com mais de 2,500 plantas.

Figura 36 – Frutos da terra

Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, jan 2014

Através das formas de cultivos percebemos uma relação de respeito dos assentados para com a terra. Nos três assentamentos encontramos a árvore Nim (figuras 37 e 38) utilizada para o combate de pragas de forma natural sem agressão ao meio ambiente, segundo o senhor OG assentado da São Joaquim, a árvore apresenta inúmeros benefícios tanto para as plantas e animais quanto para as pessoas. Por meio de suas folhas é possível combater pragas e carrapatos, o preparo do inseticida natural é simples e eficaz, após a retirada das folhas é necessário deixá-las secando, em seguida são trituradas e misturada com água, cerca de 6 a 8 horas depois o inseticida já pode ser pulverizado no gado leiteiro para controle de carrapato, e na horta para o controle de pragas. Outra forma natural também utilizada pelos assentados é realizada a partir do fumo e água, esta mistura é utilizada para o controle de pulgões em hortas. A prática dessas e outras formas que visem a substituição de agrotóxicos por alternativas naturais mostram a importância dos saberes tradicionais.

Ao contrario dos venenos utilizados nas monoculturas, os saberes tradicionais colocados em prática naturalmente tem se constituído um exemplo de sustentabilidade ajudando assim a preservação do meio ambiente, fazendo com que ocorra um equilíbrio entre o homem e natureza, plantando, colhendo, sobrevivendo da terra sem prejudicá-la.

*Amar o campo ao fazer a
plantação
Não envenenar o campo
é purificar o pão
Amar a terra e nela botar
semente
A gente cultiva ela, e ela
cultiva a gente....*

*Quando se envenena a terra
A chuva leva pro rio
Nossa poesia chora
Se a vida tá por um fio
E ela é pra ser vivida
Com sonho arte e beleza
Caminhos alternativos
E alimentação na mesa*

Música Caminhos Alternativos, Zé Pinto

Figura 37- Arvore Nim inseticida natural



Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto, jan 2014

Figura 38 – Folhas utilizadas como inseticida natural



Fonte: Trabalho de campo, Yamamoto 2014

Enfim, como dizia Porto Gonçalves (2004) o próprio nome já expressa o sentido da terra, basta que observemos: **Agricultura** versus **Agronegócio**. (grifo nosso).

Considerações finais

A realização da pesquisa partiu do desígnio de entender o histórico agrário brasileiro, pois acreditamos que a desigual distribuição de terras que ocorre até os dias de hoje é consequência do modelo agrário imposto desde a ocupação do Brasil pela Coroa Portuguesa. Os métodos utilizados pelos portugueses entre outros povos infelizmente se alastraram pelos séculos, o que gerou marcas na sociedade brasileira, de modo que toda desigualdade social existente na atualidade não deve ser relacionada a problemas conjunturais, mas sim à formação da sociedade brasileira desde tempos remotos.

No livro *O povo brasileiro*, Darci Gonçalves (1995, p. 03) descreve como foi o encontro dos detentores do poder da/sobre a terra com os que seriam dela expulsos:

Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o efeito do encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios, esplêndidos de vigor e de beleza, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar.

Na atualidade, esse encontro continua a ocorrer: de um lado, o latifundiário que continua a explorar impiedosamente a arena dos seus ganhos; do outro, o camponês assentado, o trabalhador rural que, ao contrário dos índios, não se encontra nu de vestes – a sua nudez refere-se ao direito de reconquistar o seu pedaço de chão sem perder o seu sangue. A selvageria e a civilização citadas por Gonçalves também permanecem, vistas, sobretudo pelas lentes parciais e impositivas da mídia: trabalhadores rurais são vistos quebrando cercas, armados com suas enxadas; os latifundiários são representados como os verdadeiros supridores dos alimentos no Brasil. E a civilização ainda permanece com a classe dominante, enquanto homens e mulheres são expulsos do campo, como efeito da desigualdade imposta no/ao Brasil.

A pesquisa permitiu-nos observar as causas e consequências dessa expulsão na região de Castilho-SP e constatar que a expropriação dos pobres da terra, assim como nas demais regiões do Brasil, também data de tempos passados, como mostra Lopes (2012, p. 102):

Logo, é no contexto da implantação de políticas como a ‘marcha para o oeste’ no início do século XX, e da posse indiscriminada da terra, que a historiografia oficial de Andradina-SP e Castilho-SP entendeu o papel histórico de fazendeiros e empresários do ramo imobiliário especulativo como sendo de heróis pioneiros. Entretanto, uma melhor análise histórica dá indícios de como ocorreu de fato o processo de ocupação do território nesta região, onde muitos destes tidos como pioneiros foram responsáveis pelo massacre de indígenas e pela exploração e expropriação de trabalhadores e camponeses migrantes que vinham para a região atrás de trabalho, pessoas que tinham uma relação de sobrevivência com a terra, onde este instrumento de trabalho era também o de morada. .

A expropriação dos pobres da terra não parou por aí; a territorialização do capital continua a monopolizar territórios: hoje, o município de Castilho encontra-se envolto por um mar de canaviais, de extensas fazendas arrendadas para o plantio da cana, todavia, no centro desse mar, encontramos 13 assentamentos compostos por homens e mulheres cujo foco é trabalhar e produzir na parte que lhes cabe. Adaptando Almeida (2006, p. 302): são herdeiros talhados “para a herança”; são sujeitos de direito que têm “o saber capaz de fazer mover a herança, saber que transforma a terra ociosa, sem vida, dando a ela sua mais nobre função: terra de trabalho”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir, Contar** - Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re)criação do Campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006. v. 1. 377p .

_____. A Sociologia da Prática de Bourdieu e o Campesinato. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas MS, v1, nº3, Maio, 2003, http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/index_revista.htm, Acesso em 06/08/2013.

ARANHA, Edima, S. **As usinas hidrelétricas e a (des)territorialidade no Brasil**. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. , p. 197-215.

AZEVEDO, Fernando. **Um trem corre para o este**. São Paulo: Melhoramentos, Obras Completas, v. XII, 1958.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006.

BEM, A. **Os produtores informais de leite**. O lugar da reprodução camponesa no debate teórico da questão agrária. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008. V.1. 120 p.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em 16 Abril 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acesso 05 Março 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/dezembro/paa-r-29-milhoes-serao-pagos-diretamente-aos-agricultores-familiares-neste-mes-de-dezembro>. Acesso em 5 Março 2014.

BORGES, Maria Celma. **As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema**. Revista Eletrônica da AGB, v. 1, n.1, 2004.

BORGES, M. S. L. . **Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra.** São Paulo: Anita, 1997. v. 1. 213 p .

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana. 2008.

_____. **A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais.** GeoGraphos. Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales, v. 3, p. 1-28, 2012.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2> acesso em 08 de fevereiro de 2013.

_____ http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executivo_07_02_13.pdf acesso em 05 de março de 2013.

_____ http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf acesso em 10 fevereiro de 2013.

_____ <http://www.conab.gov.br/produtosServicosPAANETinterna.php?a=503?a=1129&t=2> acesso em 17 de fevereiro de 2013

FERNANDES, Bernardo M. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar.** Presidente Prudente: NERA –Núcleos de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Depto. de Geografia, FCT/UNESP, . 2005.

_____. Cercas do latifúndio. **Eldorado dos Carajás 10 anos depois: violência e impunidade no campo,** 2006, caderno, p. 55- 58.

FIALHO, Gláucia. **As estratégias para permanecer na terra: os assentados do projeto Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/04-A%20Criacao%20do%20IBGE.pdf>. Acesso em 19/03/13

Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária. Disponível em
<http://www.incra.gov.br/contrato-garante-bebida-lactea-da-reforma-agraria-nas-escolas-de-santo-andre-sp> Acessado em 15 de Jan 2014

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agraria**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. 2011.

LOPES, Dóri Edson. **A questão agrária e as formas de resistência camponesa nos municípios de Andradina/SP e Castilho/SP**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. 2012.

_____. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos Municípios de Castilho e Andradina – SP. **Revista Eletrônica Pegada**. 2011, n. 13

_____. **O processo capitalista de ocupação do território em Castilho/SP: suas contradições, conflitos e os novos desafios em sua reestruturação**. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006. 78 p. (Monografia de Bacharelado: Geografia).

MARTINS, Jose S. **O Cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, 2. ed. São Paulo: Editora Nova cultural. 1985

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1984 p 392

PAULINO, E. T. **A terra e a vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente-SP, 2003. p 430

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U; MARQUES, Marta Inês M. (Orgs) o campo no século XXI. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004

ROSA, Lucelina R.; FERREIRA, Darlene A. de O. As categorias rural, urbano, campo e cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Carlos Alexandre B P. **Fiéis descendentes: redes irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul- mato-grossenses**. 2010. 477. Tese Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília 2010

- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.
- SILVA, Ligia Osório. **Latifúndio e terras devolutas**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v. 1. 391p.
- SILVA, Vicente F. **Castilho**: sua história, ascensão, descendência e origem. Castilho-SP: [s.n.], 2000.
- STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n.19 jul/dez. 2002.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Territorio**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, p. 82-106, fev. 2006._
- RIBEIRO. Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VALIM, Ana. **Migrações**: da perda da Terra à exclusão social. São Paulo: Saraiva S.A, 2004.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2003. p 27 a 86;

APÊNDICE: QUESTIONARIO



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Questionário: Produtores familiares do Município de Castilho-SP

Assentamento São Joaquim ()

Assentamento Anhumas ()

Assentamento Pendengo ()

Nome da propriedade:

Nome:

Idade:

Município de origem:

Estado:

Escolaridade:

() analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino médio incompleto () Ensino Médio completo

() Superior incompleto () Superior completo

Número de filhos:

Quantas pessoas residem na propriedade?

Qual tipo de atividade é exercida na propriedade?

Como é realizada a comercialização dos produtos?

Exerce outra atividade fora da propriedade?

Qual o significado da terra para você?

Relato de vida: Trajetória até chegar ao assentamento.